



**UNILAB**  
Universidade da  
Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
CURSO BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

**ANDRESA DE ARAÚJO MACÊDO**

**O PAIF E AS MULHERES DE COMUNIDADES RURAIS DE REDENÇÃO – CE: UM  
DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE A ANTROPOLOGIA E O SERVIÇO  
SOCIAL**

**ACARAPE  
2023**

**ANDRESA DE ARAÚJO MACÊDO**

**O PAIF E AS MULHERES DE COMUNIDADES RURAIS DE REDENÇÃO – CE: UM  
DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE A ANTROPOLOGIA E O SERVIÇO  
SOCIAL**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Antropologia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Antropologia, pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus do Ceará.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Susana Alem Abrantes.

**ACARAPE  
2023**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Macêdo, Andresa de Araujo.

M141p

O PAIF e as mulheres de comunidades rurais de Redenção - CE: Um diálogo interdisciplinar entre a antropologia e o serviço social / Andresa de Araujo Macêdo. - Redenção, 2023.  
55f: il.

Monografia - Curso de Antropologia, Instituto De Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Susana Alem Abrantes.

1. Antropologia - Família. 2. Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). 3. Políticas públicas. I. Título

CE/UF/Dsibiuni

CDD 306.40688

---

**ANDRESA DE ARAÚJO MACÊDO**

**O PAIF E AS MULHERES DE COMUNIDADES RURAIS DE REDENÇÃO - CE:  
UM DIÁLOGO ENTRE A ANTROPOLOGIA E O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho aprovado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – CE.

Aprovado em 05/12/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profª. Drª. Carla Susana Além Abrantes (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Profª. Drª. Cinthia Fonseca Lopes**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Antonio Marcos de Sousa Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi**

Universidade Federal do Ceará – UFC

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder saúde, força e proteção.

Aos meus pais, minha principal motivação para chegar até aqui. Desde o início da minha caminhada acadêmica, vocês me deram todo o apoio, incentivo e a confiança. Que esta monografia seja uma forma singela, porém significativa, de expressar a minha gratidão por todos os esforços que fizeram e continuam fazendo por mim. Obrigada por serem a minha fortaleza!

A minha orientadora, prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Susana. Agradeço por seu profissionalismo exemplar, por contribuir para o meu crescimento e amadurecimento como pesquisadora e por conduzir tão bem a construção desta monografia. Além das contribuições acadêmicas, agradeço por sua prontidão em oferecer suporte emocional, transmitindo-me segurança, tranquilidade e esperança em meio às incertezas.

Ao meu companheiro, Jardson. Agradeço por toda a parceria durante todo o processo de construção desta monografia. Em meio aos dias angustiantes, as noites de estudos intensos, seu apoio emocional foi essencial para me manter encorajada e motivada. Obrigada por todas as vezes que abriu mão do seu tempo para me ajudar. Esse suporte foi fundamental para manter a minha tranquilidade.

Às minhas amigas, Lorena, Talia, Mayra, Thaysa, Unelice, Camila, Daiane e Taciana. Agradeço por cada palavra dita, por todo o incentivo e companheirismo até aqui. Agradeço pela paciência em me ouvir. Obrigada por me fazerem acreditar em mim, mesmo quando eu duvidava de mim mesma.

Às minhas interlocutoras que trouxeram vida a este trabalho, sem elas está escrita não seria possível.

Às Assistentes Sociais. Agradeço pela disponibilidade durante toda a pesquisa.

As/os professoras/es do curso de Antropologia. Agradeço por todos os ensinamentos que contribuíram para a minha formação como antropóloga.

À banca examinadora. Agradeço pelo aceite ao convite de participação.

## RESUMO

A presente monografia tece reflexões acerca do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF, executado pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado no interior do Ceará, na cidade de Redenção. A partir de um olhar interdisciplinar que parte da Antropologia e do Serviço Social, a pesquisa se propõe a se aproximar da relação que estabelece entre o PAIF e as mulheres de comunidades rurais de Redenção-CE. Procura, nesse sentido, perceber o PAIF como o desdobramento de políticas nacionais orientadas para a inclusão e justiça social desde a constituição de 1988 e ao mesmo tempo os sentidos e significados dados pelas mulheres para o encontro e atividades propostas pelo PAIF, a partir de suas próprias percepções e vivências. Para buscar reconstituir o lugar histórico do serviço público e dos significados atribuídos a ele pelas usuárias do serviço, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma base metodológica, de natureza qualitativa, que incluiu a revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. O principal instrumento para coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres residentes em três comunidades rurais que participaram dos encontros PAIF no ano de 2023. Esse método permitiu perceber que, para as mulheres rurais usuárias do serviço, o PAIF proporciona contribuições significativas em suas vidas pessoais e familiares promovendo espaços de trocas de vivências, diálogos e transformações de alcance individual, que podem se estender às suas redes familiares e comunitárias.

**Palavras-chave:** PAIF; Mulheres; Família, Políticas Públicas; Antropologia.

## ABSTRACT

This monograph reflects on the Protection and Comprehensive Care Service for Families – PAIF, carried out by the Social Assistance Reference Center – CRAS, located in the interior of Ceará, in the city of Redenção. From an interdisciplinary perspective between Anthropology and Social Work, the research aims to approach the relationship established between PAIF and women from rural communities in Redenção-CE. In this sense, it seeks to understand the PAIF as the unfolding of national policies oriented towards inclusion and social justice since the 1988 constitution and at the same time the meanings given by women to the meeting and activities proposed by the PAIF, based on their own perceptions and experiences. To seek to reconstitute the historical place of the public service and the meanings attributed to it by service users, the research was developed based on a methodological basis, of a qualitative nature, which included bibliographical review, document analysis and field research. The main instrument for data collection were semi-structured interviews with five women residents of three rural communities who participated in the PAIF meetings in 2023. This method allowed us to realize that, for rural women using the service, the PAIF provides significant contributions to their lives personal and family relationships, promoting spaces for exchanging experiences, dialogues and transformations of individual scope, which can extend to their family and community networks.

**Keywords:** PAIF; Women; Family, Public Policies; Anthropology.

## **LISTA DE SIGLAS**

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.....</b>	<b>15</b>
<b>3 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF COMO POLÍTICA PÚBLICA.....</b>	<b>21</b>
<b>4 AS ATIVIDADES DO PAIF NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE.....</b>	<b>31</b>
<b>5 OS SIGNIFICADOS DOS ENCONTROS ATRIBUÍDOS PELAS REPRESENTANTES DAS FAMÍLIAS.....</b>	<b>40</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tece reflexões acerca do encontro entre mulheres e Estado no contexto de atuação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS no município de Redenção, localizado no interior do Ceará. O objetivo desta monografia é buscar compreender os significados, sentidos e transformações que as mulheres moradoras de comunidades rurais, assistidas pelo PAIF atribuem aos encontros. No entanto, embora seja um serviço voltado para a *matricialidade sociofamiliar*, isto é, que coloca como centro de sua atenção a família, observou-se durante o estudo que o público que frequenta esse encontro, em sua maioria, é feminino. Desse modo, a pesquisa propõe trazer para o texto as vozes dessas mulheres rurais, que ocupam um lugar de destaque no decorrer da escrita, em especial, nos últimos dois capítulos construídos a partir da realização de entrevistas.

Como veremos ao longo desta monografia, a assistência social desenvolvida pelo PAIF oferece ações continuadas nos termos de um programa de ação nacional orientado pela garantia de direitos no âmbito da convivência de famílias em situações de vulnerabilidade social, conforme especificam os documentos norteadores de suas ações:

Oferta ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. O Programa de Atenção Integral à Família – PAIF é uma atribuição exclusiva do poder público e é desenvolvido necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Brasil, 2020).

Observar e refletir sobre o PAIF e suas ações inscreve o presente trabalho no contexto de uma reflexão sobre políticas públicas voltadas para o social, a partir do olhar da Antropologia e de iniciativas interdisciplinares em diálogo com a área de Serviço Social. Enquanto uma antropóloga em formação considero estes dois campos essenciais para compreender as experiências cotidianas e singulares na vida de cada mulher usuária do PAIF. Enquanto a Antropologia oferece ferramentas e questões para identificarmos as percepções das famílias atendidas pelos serviços oferecidos pelo Estado no âmbito do PAIF, o Serviço Social como campo de estudo baliza as diretrizes dessa atuação face à alteridade e delinea reflexões sobre as situações de vulnerabilidade construídas em cada contexto histórico. Conforme as considerações das antropólogas (Alves e Barros, 2008, p. 46).

O Serviço Social e a Antropologia possuem um ponto crucial: são áreas do saber que surgiram historicamente comprometidas com a relação com o outro, sua constituição como objeto e sujeito e que, por isso, já nascem marcadas pelo signo da alteridade.

Desse modo, o diálogo interdisciplinar entre essas duas áreas, a partir de suas perspectivas teóricas, apresenta conhecimentos essenciais para compreender os significados e contribuições do PAIF que ampliam as questões materiais, ou seja, as necessidades práticas das famílias usuárias desse serviço. Embora tais questões, em especial, as esferas financeiras envolvidas nessa relação entre famílias e Estado, sejam colocadas como prioritárias em um primeiro contato com o contexto das atuações de assistência social, existem outras dimensões a se fazerem presentes que podem ser circunscritas ao âmbito cultural.

Por um lado, a Antropologia busca entender as transformações no cotidiano das mulheres após o vínculo que estabelecem com o serviço prestado pelo PAIF levando em consideração as suas próprias vivências; de outro lado, o Serviço Social atua na garantia dos direitos, no acolhimento, na escuta das demandas e na concepção de estratégias de atuação visando a transformação social. Há dimensões históricas, políticas e psicológicas que fazem parte das relações que orientam a ação social, o que amplia de modo significativo o que se compreende como “necessidades materiais”. Como aponta Moraes, (2020, p. 18):

[...] A “questão social” não é apenas material e suas expressões manifestam-se nos aspectos emocionais daqueles aos quais sobrevém. Neste sentido e tendo em vista que as expressões da questão social atingem por inteiro os sujeitos com os quais lidamos cotidianamente, é importante considerar que as condições econômicas e sociais estão intimamente conectadas às condições históricas, políticas e também psicológicas, sendo, portanto, inseparáveis do ser social.

As políticas de assistência social são práticas de Estado e formuladas por instituições governamentais com a participação da sociedade civil. Segundo Hofling (2001, p. 31), as políticas são como projetos de governo implementados “através de programas, de ações voltadas para os setores específicos da sociedade”. Uma política de assistência social é, portanto, uma ação composta por sentidos de Estado nos termos de algo vivido através de suas ações concretas. Isto nos leva à ideia de que há significações para essas práticas a partir do cotidiano, no dia a dia das pessoas que vivenciam essas ações, seja através dos encontros, das reuniões, dos discursos que vão constituindo as relações entre Estado e indivíduos. Tais ações são orientadas por essas significações, mas também as produzem, ou seja, os participantes da assistência social estão sendo educados e moldados a partir de discursos de direitos e de cidadania.

De modo a evitar a ideia de um Estado construído *a priori*, naturalizado como uma entidade concreta e atuante na realidade, a antropologia desloca o olhar para os efeitos de suas ações no cotidiano das famílias, enfatizando o modo como seus participantes interpretam essas ações e respondem a essas políticas. Tais norteadores teóricos são devedores das propostas de Philip Abrams que, segundo a tradução e interpretação de Porto, aponta que:

Tomar o Estado não somente como um ente político-institucional, [mas] assumindo sua complexidade e buscando perceber as inúmeras dimensões de relacionamento existentes entre o Estado e as pessoas, para além daquelas mais convencionais, atinentes ao trato político formal ou institucionalizado (Porto, 2017, p. 173).

Dessa forma, perceber o Estado como agente que gera ações, possibilita compreender de maneira contextual os significados de certas ações levando em consideração as dimensões econômica e social em que as políticas públicas estão inseridas. Com esta orientação conceitual, consideraremos neste estudo as práticas de Estado e seus impactos para as famílias, com a proposta de compreender as questões que vão além do aspecto político formal e institucionalizado. Ao adotar essa perspectiva, é possível enxergar como o Estado, através de suas ações, afeta a vida das pessoas e ao mesmo tempo, como elas vivem, pensam e sentem essa relação.

Essas reflexões foram sendo construídas durante a minha formação na Unilab, no 1º e 2º ciclos de formação (Bacharelados em Humanidades e Antropologia, respectivamente) e a escolha da temática foi motivada a partir de interesses pessoais e pela trajetória acadêmica que percorri desde 2017. No Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2019 no Bacharelado em Humanidades, trabalhei sobre as trajetórias de jovens mulheres rurais na Unilab. Ao escolher a Antropologia para o segundo ciclo, interessava-me conhecer mais a condição de existência das mulheres residentes em comunidades rurais e aproximar-me mais do contexto e da experiência das mulheres de minha comunidade, São Bento tornando-as, mais tarde, as minhas principais interlocutoras.

A partir das reflexões que as aulas de antropologia ofereceram ao longo do curso, especificamente a maneira como essa área do saber estabelecia relações com outros campos de conhecimento, inclusive com o Serviço Social, permitiu que eu construísse uma visão mais ampla, novos olhares e novas sensibilidades e com isso, fui desenhando o que me interessava pesquisar. A antropologia, ao possibilitar o estudo do ser humano e seus aspectos culturais, sociais, econômicos e religiosos, abriu caminhos para que eu tomasse as famílias beneficiadas e usuárias do Programa de Assistência Integral à Família (PAIF) a partir de suas particularidades, em especial, de suas vozes. Nesse sentido, este trabalho procura apresentar as narrativas dessas famílias a partir da interlocução que estabeleci com cinco mulheres. Percebo que esta escrita abre espaço dentro da academia para uma compreensão da alteridade. Construir pontes com as experiências femininas em contextos rurais e sua relação com as instâncias e ações estatais é também abrir portas para que suas vozes sejam escutadas e suas experiências reconhecidas.

A pesquisa foi realizada dentro do contexto de Redenção-CE, com mulheres residentes de comunidades rurais. As principais atividades que garantem o sustento das famílias que residem na zona rural é a agricultura com o plantio de frutas, verduras, legumes. Essas atividades se destinam a subsistência das famílias e para algumas garantem também a sua renda mensal através da comercialização dos produtos agrícolas. Além da agricultura, outras fontes de renda são o bordado e os benefícios dos programas sociais do Governo Estadual e Federal.

Existem grupos que são acompanhados pelo PAIF no CRAS de Redenção, dentre eles, o Grupo PAIF Gestantes e o Grupo PAIF Mais Infância. O grupo PAIF que acompanhei durante a pesquisa foi o Mais Infância que compreende as comunidades de Diamante, Outeiro, Barra Nova, Leão XIII, Piçarras, Mosquito, Manoel Dias, Serra Verde, São Bento, Boa Vista, Barro, Escondido, Gurgurí e Araticum. Totalizando 182 famílias atendidas. Porém, devido à distância entre as localidades, que exigia deslocamento e gastos financeiros para a execução das entrevistas desta pesquisa, foi realizado o recorte para as localidades mais próximas (São Bento, Boa Vista e Barro).

Como materiais metodológicos, foram utilizados a revisão bibliográfica, a pesquisa de campo, observação participante, análise de documentos e as entrevistas semiestruturadas com as mulheres usuárias do PAIF e a Assistente Social. Para a análise dos documentos, foram coletados seis regulamentos: Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009), Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social (2009), Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012), Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.

Inicialmente, foram feitas quatro visitas ao campo (CRAS) com o objetivo de conhecer o funcionamento do PAIF. Nessas visitas, foram realizadas conversas com a coordenadora do CRAS e com a Assistente Social, bem como, a participação em dois encontros PAIF. Logo após esse momento inicial, foram realizados os primeiros contatos com as mulheres através de mensagens via WhatsApp, no qual foi explicado para cada uma das sete interlocutoras o propósito da pesquisa, bem como, a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, deixando explícito todos os pontos presentes no documento, respeitando todos os direitos, integridade e confidencialidade das participantes do estudo. Durante a escrita desta pesquisa, as interlocutoras estarão sendo consideradas de forma anônima e nomeadas a partir de letras e números. Das sete, cinco aceitaram. As outras duas não participaram. Uma por motivo de saúde da filha e a outra recusou. Das cinco

entrevistas, três aconteceram no formato remoto (ligação via WhatsApp e google Meet) e as outras duas, presencial.

É importante mencionar como as falas das mulheres através das entrevistas foram o alicerce para este trabalho. Esse método, não é apenas um relato de informações, mas revelam diversos significados e sentidos, é a partir do diálogo vivo que a escrita começa a ser delineada, como aponta Peirano (2008, p. 7): “Um depoimento, uma entrevista, não são apenas relatos referenciais e propositivos, não apenas duplicam uma realidade mental que descreve o mundo por equivalentes verbais. Muitos são os significados embutidos numa conversa”.

Esta monografia está dividida em capítulos. O primeiro intitulado “As políticas de assistência social no Brasil: um breve histórico” apresenta um quadro geral sobre como a Política Pública foi sendo construída no contexto brasileiro a partir da revisão bibliográfica de autoras e autores que tratam do respectivo assunto. O segundo denominado “O Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF como política pública”, a discussão mostra os documentos que regulamentam o PAIF com o intuito de compreender seu funcionamento. Para isso, tomamos como referências os marcos legais da Assistência Social. Já o terceiro, “Atividades do PAIF em Redenção – CE” apresenta como o serviço é operacionalizado no município. O quarto capítulo intitulado “Os significados atribuídos pelas representantes das famílias”, ao buscar escutar de maneira mais próxima o que as mulheres do campo têm a dizer a partir de suas experiências nos encontros, suas narrativas, seguido da análise das conclusões do trabalho.

## 2 AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Este capítulo apresenta um breve histórico acerca da construção e formação das políticas sociais no Brasil, delineando trajetórias, avanços, mudanças e conquistas até chegarmos à criação do Serviço de Proteção e Atendimento Integrado à Família - PAIF que é executado através do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, que se constitui como um equipamento fundamental para a execução dos serviços sociassistenciais.

A assistência social configura-se como um instrumento que oferece serviços que asseguram a proteção e o bem estar coletivo às populações em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo os direitos assegurados pela Constituição da Federativa do Brasil de 1988. Embora tenha sido configurada de modo mais preciso no contexto de democratização dos anos 1980, as ações de ajuda e preocupações com as condições de vulnerabilidade social são mais antigas.

Fiuza e Costa pontuam que a assistência social emergiu como um direito do cidadão no lugar de antigas ações de caridade e filantropia, como vemos na citação abaixo:

A assistência social, no Brasil, surge num contexto de ajuda ao próximo no lugar do direito do cidadão, pautada na caridade, na benemerência e na filantropia, geralmente ligadas às instituições religiosas. Assim, a assistência social foi sendo relacionada com a ajuda aos necessitados desprovidos de “sorte”, que dependiam da caridade e solidariedade das pessoas de boa vontade e entidades filantrópicas. Dessa forma, a assistência social, foi se efetivando através de ações emergenciais, focalizadas para os indivíduos e famílias em situação de pobreza (Fiuza e Costa, 2015, p. 77).

Importante considerar que determinados modos de perceber esses setores da sociedade sofreram modificações ao longo desses anos de reorganização política no Brasil. As concepções de “pobreza”, “miséria”, etc. foram determinantes para orientar mudanças no entendimento das ações sociais, construir sentidos para o que são “vulnerabilidades sociais” e acionar a relevância das ações de Estado. De acordo com Silva:

A pobreza era considerada uma característica do indivíduo que não se esforçava para superá-la sendo culpabilizado pela situação de miséria que se encontrava. O sujeito era tido como incapaz, pois as ações empregadas por esse assistencialismo eram vistas como forma de favorecimento e não como usuário de um serviço do qual tinham direito. Dessa forma, a assistência era confundida como ajuda aos pobres e necessitados, configurando-se como uma prática do que como uma política (Silva, 2015, p. 77).

As políticas públicas de Assistência Social, conforme mencionado por Santana, Silva e Silva (2013) surgiram por volta da década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, como uma resposta do Estado em consequência das desigualdades sociais ocasionadas pelo cenário político capitalista de crescente industrialização. Estas transformações econômicas

acentuaram a exploração da força de trabalho e intensificaram os problemas sociais, principalmente aqueles relacionados à pobreza.

De acordo com o pensamento de Behring e Boschetti (2009), a questão social se colocou como questão política através das primeiras lutas da classe trabalhadora e as primeiras iniciativas de construção de legislação relacionada ao mundo do trabalho. Carvalho e Iamamoto (2006, p. 126) apontam conexões entre as formulações de problemas sociais com a mobilização operária no cenário político. Na citação abaixo, a demanda por políticas a partir dessa mobilização é significativa:

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses.

Para esses autores, diante desse contexto de luta de classes, surge a urgência de criar um sistema de proteção social. De acordo com Ribeiro (2006) as condições de trabalho eram péssimas e à medida que possuíam uma maior reivindicação pela classe operária era a redução da jornada de trabalho, condições de higiene e repouso semanal, férias, trabalho de menores e de mulheres, acidentes de trabalho e salários melhores. A princípio tal sistema apresentava-se como um mecanismo compensatório para as transformações no trabalho sofridas pelos que passavam a dedicar seu tempo e energia aos trabalhos nas grandes cidades (Santana; Silva e Silva, 2013).

Neste cenário inicial, as políticas sociais ocorriam de maneira desigual, pois o Estado garantia um mínimo de bens e serviços essenciais à população, a partir de bases ideológicas da assistência social relacionadas diretamente aos interesses da classe dominante.

Assim, tais ações eram pautadas, segundo Cole e Jaccoud (2013), em ações de ajuda aos pobres e carentes, desresponsabilizando o Estado frente aos serviços. Temos então, uma percepção com os autores Siqueira, Silva e Oliveira de que “até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social no Brasil se caracterizava pela natureza assistencialista e pela benemerência das classes mais abastadas” (Siqueira; Silva e Oliveira, 2022, p. 3).

Segundo Veronese, essas práticas assistencialistas definiam os receptores das ações como “carentes”, e “necessitados”, categorias comuns às propostas tidas como “benevolentes”, propostas por “benfeitores”, promotores de certo bem-estar para grupos considerados como “naturalmente pobres”, como vemos na citação abaixo:

[...] Tinham como objetivo a promoção do sujeito social enquanto benfeitor da sociedade àqueles que eram naturalmente pobres. Esta ação social estava atrelada ao



sentido daquilo que se dá e na relação caritativa em prol do “carente e/ou necessitado (Veronese, 2011, p. 196).

Importante destacar ainda os contextos de centralização política, período entre 1937 e 1945 com a ditadura militar do Estado Novo<sup>1</sup>, e a criação de algumas instituições “públicas” voltadas para a assistência, como é o caso do Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>2</sup>.

Observa-se que as medidas de proteção social durante a Era Vargas ocorreram somente na tentativa de apaziguar os conflitos que existiam entre a classe trabalhadora – que buscava condições dignas de trabalho e de vida – e o governo que não se importava de fato em solucionar a questão social. Ribeiro (2016) sinaliza que ao mesmo tempo em que procurava responder às reivindicações dos trabalhadores, Vargas “os cooptou e abafou as suas possibilidades de manifestação configurando assim o período do populismo, forma de legitimação da ordem burguesa que perdurou no país até o golpe de 1964” (Ribeiro, 2016, p. 18).

É nesse sentido que, segundo Carvalho (2016), dentre as ações de política social foram incorporados os sistemas de aposentadoria, pensões e auxílio-doença, que podemos compreender como formas de assistir os trabalhadores criadas em resposta a esses conflitos. No mesmo sentido, Dedecca (2005, p. 100) aponta que as regulações em torno das relações de trabalho dialogavam com as organizações sindicais:

Entre 1940 e 1942, foi estabelecida uma ampla regulação do mercado e das relações de trabalho. Foram instituídos o salário mínimo e toda uma legislação de regulação das relações de trabalho (Consolidação das Leis do Trabalho, CLT) para o mercado de trabalho não agrícola, tendo essa última promovido uma organização sindical pelo Estado.

Assim, os direitos sociais, principalmente os trabalhistas, foram usados como uma ferramenta para assegurar a estabilidade e o poder do governo ditatorial vigente. Os programas assistencialistas tiveram forte apelo popular e favoreceram práticas de clientelismo e paternalismo (Ribeiro, 2005).

No entanto, tais ações estavam restritas somente as/os trabalhadores urbanos, fazendo com que a população que executava o trabalho informal continuasse dependente das

---

<sup>1</sup> Configura-se como o período ditatorial brasileiro liderado por Getúlio Vargas em 1937 presidente do país na época e só teve fim quando os militares forçaram Vargas a renunciar, em 1945.

<sup>2</sup> Conselho Nacional do Serviço Social criado em 1938. “Seu objetivo era centralizar e organizar as obras assistenciais públicas e privadas sendo utilizado como mecanismo de clientelismo político e de manipulação de verbas e subvenções públicas” (Guerra, 2013, p. 15). Segundo Carvalho (2016, p. 18): “Em 1942, as funções do CNSS foram transferidas para a então recém-criada Legião Brasileira de Assistência (LBA), sob o comando da primeira-dama Darcy Vargas. A instituição tinha como objetivo inicial o atendimento filantrópico às famílias de militares de baixa patente, no contexto da Segunda Guerra Mundial, e em 1946 voltou-se a ajuda de mães e crianças, com seus interesses ligados a legitimação do atual governo.”

ações filantrópicas das elites e igrejas, sem a intervenção do Estado. No meio rural, por exemplo, Ribeiro observa que compunham o cenário de relações entre proprietários e trabalhadores rurais outros tipos de ações que podem ser lidas como paternalistas:

[...] a pequena assistência social que existia era exercida pelos coronéis. Assim como controlavam a justiça e a polícia, os grandes proprietários constituíam o único recurso dos trabalhadores quando se tratava de comprar remédios, de chamar um médico, de ser levado a um hospital, de ser enterrado. A dominação exercida pelos coronéis incluía esses aspectos paternalistas que lhe davam alguma legitimidade. O governo não ousava interferir em seus domínios levando até eles a legislação protetora dos direitos dos trabalhadores (Ribeiro, 2005, p. 20).

Os autores observam que poucas mudanças ocorreram nos anos posteriores à Era Vargas até o golpe de 1964. Ribeiro (2005) enfatiza que houve continuidade nas formas de assistência e nas instituições promotoras de ações sociais, muitas vezes com objetivos exclusivos de responder a disputas eleitorais. Pelo que vemos até aqui, nota-se que a questão social foi tratada de forma superficial, a sua natureza assistencialista e ainda insuficiente para atender as necessidades da população, permaneceram por um longo período. Após 1964, os direitos da população não foram prioridade, assim diz Carvalho:

Quando se olha para o período onde os militares estiveram no poder, de 1964 até 1985, os direitos da população não estavam postos como prioridade. Os direitos sociais e trabalhistas eram utilizados como forma de controle da população, para que sua liderança fosse mantida. Suas principais ações foi (sic) a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), fruto da união das CAPs e IAPs (Carvalho, 2016, p. 19).

Por outro lado, ao longo das décadas, as lutas da classe operária, das organizações sindicais e dos partidos políticos, contribuíram para a organização de demandas e o posicionamento das políticas sociais no centro de atuação e interesse por parte do Estado. O reconhecimento dos direitos das populações que se encontram com seus direitos violados teve o seu marco com a Constituição de 1988, um esforço coletivo que promoveu conquistas no âmbito de programas sociais implementados e a ressignificação da linguagem em torno da assistência social, como vemos na citação abaixo:

A efervescência das lutas e movimentos sociais da década de 1980 e 1990 pela redemocratização do país e o movimento de muitos assistentes sociais, professores e pesquisadores das diversas universidades de Serviço Social do país, resultou num esforço coletivo no sentido de implantar programas sociais mais consistentes no que diz respeito às conquistas dos direitos sociais, da democracia, da equidade social, da cidadania, da emancipação, enfim, da liberdade (Veronese, 2011, p.200).

Desde então, ações das políticas de assistência social vêm se buscando se tornar mais efetivas, passando a ser formuladas e reformuladas a fim de assegurar a inclusão de diferentes segmentos sociais no âmbito dos direitos mínimos assegurados pelo Estado. Para Santana, Silva e Silva (2013, p. 2):

[...] ao longo do século XX, a população que tinha uma cidadania regulada pelo Estado, emerge de seu descontentamento social e passa a expressar sua insatisfação

através dos movimentos sociais de cariz reivindicatório que se fortalecem nos anos 1980 contra a ditadura militar.

No decorrer da história, a política de assistência social passa a ser vista como direito de todas as pessoas e responsabilidade do Estado. Com a Constituição Federal de 1988, percebe-se uma mudança em termos de orientação das práticas de auxílio às populações: “A Assistência Social inicia seu trânsito para um novo campo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos, dos serviços e benefícios socioassistenciais e da responsabilidade estatal” (Brasil, 2005, p. 31).

Essa transição de políticas mínimas, fragmentadas, com ações isoladas e desarticuladas, e consideradas como caridade para políticas orientadas pelo direito social e pela obrigação e dever do Estado em assegurá-lo, pode ser considerada uma característica importante dos fundamentos da assistência que estamos considerando neste estudo. Como enfatiza Carvalho:

Conforme se vê, até 1988 a assistência social não era prevista constitucionalmente como um direito. As ações que lhe eram relacionadas acabavam por serem realizadas de forma assistencialista e seletiva, direcionadas aos indigentes, desvalidos, filhos de “pais miseráveis” – todos inaptos ao trabalho- ou, simplesmente, visando a reinserção no mercado de trabalho formal (aos aptos para o trabalho) (CARVALHO, 2008, p. 19).

A Constituição Federal de 1988 é, portanto, o marco legal da Assistência Social que a qualifica como política de seguridade social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social que ainda se encontra em construção no país (Santana, Silva e Silva, 2013). Essa conquista trouxe avanços em relação à condição anterior já mencionada, transformações que tornaram a política pública da assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. A política social que antes era tratada como filantropia, caridade, favor com a Constituição passa a ser direito de todas as pessoas que dela necessitam, orientadas por novos princípios e diretrizes e passando “a compor o sistema de seguridade social brasileiro” (Boschetti, 2008, p.08).

Traçado este breve histórico sobre a consolidação das políticas sociais no Brasil observa-se as mudanças significativas no decorrer do tempo. Inicialmente, o Estado não se preocupava com as necessidades e demandas da população, por conseguinte, as políticas sociais não eram vistas como um instrumento de interesse capaz de superar as desigualdades presentes naquele momento. Assim, as poucas políticas sociais que existiam eram utilizadas

somente como uma ferramenta de tutela, estabelecendo posições de autoridade e controle sobre os menos favorecidos e mais vulneráveis<sup>3</sup>.

Com os novos modos de organização política propostos com a Constituição de 1988, as demandas das populações em situações de vulnerabilidade passam a ter prioridade. Essa participação foi o elemento essencial para a construção das políticas sociais no Brasil, que desde então vem se formulando e reformulando de acordo a diversidade de agendas dos segmentos e suas mobilizações políticas. O Estado procura garantir através de suas ações, programas e benefícios a promoção da justiça social em que busca diariamente a equidade, assegurando que todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades sem exclusão de gênero, raça, classe social, deficiência.

---

<sup>3</sup> Para reflexões sobre o poder tutelar, faço referência a: “O poder tutelar é um exercício de poder desenvolvido frente às populações indígenas por um aparelho de governo instituído sob a justificativa de pacificar zonas de conflito entre nativos e não nativos, logo, de promover uma dada “paz social”. Supõe e implica a atribuição da capacidade civil relativa a estas populações e a necessária tutela jurídica por parte do Estado. Implantá-lo demandou criar e expandir, em efetivo numérico e em termos de espaço abrangido, segmentos administrativos também específicos, dispostos sob forma de uma malha governamental concebida como de espectro nacional. Sua criação, por parte do governo federal, demandou a articulação de redes sociais efetivamente em controle de partes do território brasileiro, redes até aquele período pouco integradas, entretendo-as como parte de um único aparelho administrativo com funções de governo” (Souza Lima, 2002, p. 14 *apud* Abrantes, 2022, p. 34-35).

### **3 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS – PAIF COMO POLÍTICA PÚBLICA**

Neste capítulo, faremos uma breve explicação sobre o que é política pública, apresentando concomitantemente o PAIF, sua origem, os objetivos e as diretrizes, com a intenção de compreendermos seu panorama histórico, os propósitos desse serviço e os termos que estão dispostos visando a proteção das famílias, a prevenção da ruptura de vínculos familiares e promoção do acesso aos direitos sociais (Brasil, vol. 2, 2012). Também forneceremos um panorama sobre as diretrizes que guiam o PAIF, que vem se destacando como uma importante política pública, dever do Estado e direito de cidadania, (Brasil, vol. 2, 2012).

É importante considerarmos, à partida e antes de detalharmos melhor as agências e instituições criadas no contexto pós-constituição de 1988, as definições sobre as políticas públicas e os sentidos dados às ações de Estado. Souza (2006) aponta que não existe uma única maneira de definir tais ações, tampouco uma melhor forma de definir conceitualmente o que são políticas públicas. Essa autora mostra como alguns autores caracterizam esse campo.

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (Souza, 2006, p. 24).

Para Souza, há uma generalização do termo políticas públicas, o que faz com que se esqueçam as particularidades, os contextos, as diferenças que estão implicadas na construção de certas demandas e ações correspondentes para solucionar questões sociais, como vemos na citação abaixo:

Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva do que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses contam, mesmo que existem diferenças sobre a importância relativa desses fatores (Souza, 2006, p. 20).

Com base nessas reflexões, a própria autora sintetiza as políticas públicas como sendo um:

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus

propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p. 26).

No Brasil, as políticas públicas de assistência social de acordo com Sousa *et al.* (2013, p.2): “[...] são caracterizadas como ação do Estado na intervenção social mediante a formulação e implementação dos padrões de proteção social.” Nesse sentido, apresentam-se como formas de garantir direitos básicos e visa assegurar a proteção social, por meio da oferta de serviços. Como veremos ao longo deste estudo, tal proteção pode ser feita através centros especializados de assistência social, de programas e benefícios para as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômicas, como o Programa Bolsa Família<sup>4</sup>, Benefício de Prestação Continuada – BPC<sup>5</sup>, dentre outros. As políticas públicas no contexto atual possuem modos de construção e significados diferentes do passado, em especial, das décadas anteriores à constituição de 1988.

Como um ponto de partida, uma definição provisória, tomamos a ideia de Silveira (2010), que concebe os trabalhos sobre políticas públicas como “relacionados às áreas onde o poder público pode atuar na resolução de questões sociais de diferentes setores” (Silveira, 2010, p.18). Nesse sentido, as políticas públicas atuam na promoção dos direitos humanos, na garantia e no acesso a serviços, bem como no combate e enfrentamento às desigualdades sociais sejam elas de classe, raça, gênero e podem ser efetivadas em diversas áreas governamentais, como na assistência social, saúde e educação através do governo federal, estadual ou municipal. Silveira (2010) em termos gerais aponta que as políticas públicas são ações diante de problemas e demandas sociais em que são necessárias tomadas de decisões para intervir e atender de forma eficiente as demandas dos grupos da sociedade.

---

<sup>4</sup> “O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. O Governo Federal relançou o programa com mais proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares, aquelas com três ou mais pessoas passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família vai resgatar a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho. Para ter direito ao Bolsa Família, a principal regra é que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês. Ou seja, se um integrante da família recebe um salário mínimo (R\$ 1.302), e nessa família há seis pessoas, a renda de cada um é de R\$ 217. Como está abaixo do limite de R\$ 218 por pessoa, essa família tem o direito de receber o benefício” (Brasil, 2023).

<sup>5</sup> “O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2023).

Considerando o histórico mencionado na seção anterior e tendo em mente a ideia de políticas públicas como ações diante de problemas e demandas sociais, vamos delinear a partir de agora o que passou a se formar com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, que detalhou as principais orientações no âmbito do Serviço Social.

A partir da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos (LOAS, 1993, p. 4).

No Art. 1 da LOAS, encontra-se a definição de Assistência Social:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993, p.06).

Somado a isso, “Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. (Brasil, 1993, p. 24)

Somado aos objetivos, diretrizes e serviços normatizados e regulados pela LOAS, a assistência social também dispõe de programas. De acordo com o Art. 24 da LOAS, define-se programas de assistência social como: “[...] ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais” (Brasil, 2012, p. 25).

Em 2003, ampliaram-se as ações com a criação de um Sistema Único de Assistência Social<sup>6</sup> e a Política Nacional de Assistência Social<sup>7</sup>, conforme ressalta Nagão (2021, p. 21):

---

<sup>6</sup> Criado em 2005 no Governo Lula, o SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos: Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSBE. “O objetivo da PSB é a prevenção de situações de risco – por intermédio do desenvolvimento de potencialidades a aquisição de habilidades e competências e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2009, p. 14).

“Os serviços de Proteção Social Especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos e foco nas famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. A PSE prevê dois níveis de complexidade: os serviços de média complexidade, organizados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que são unidades públicas estatais que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; e os serviços de alta complexidade, que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário” (Brasil, 2009, p. 22).

<sup>7</sup> “A presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (Brasil, 2013, p.11)

Em 2003, a Conferência Nacional de Assistência Social trouxe, como sua principal deliberação, a criação de um Sistema Único de Assistência Social, seguindo o modelo do que já existia na área da Saúde, com o SUS. No ano seguinte, a PNAS foi aprovada pelo CNAS, dando início então à materialização do SUAS. Em suas primeiras páginas, a PNAS já aponta o objetivo claro de superação do modelo assistencialista e tutelar, que marca a história da assistência social no país.

Carvalho (2016) ao citar Andrade (2011), destaca que essa ampliação trouxe a criação de centros de ação social direcionados para a atenção às famílias:

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), houve importantes avanços para a assistência no Brasil, tais como a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a criação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para a prevenção da ocorrência das situações de risco social através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), e a criação do CREAS, para o trabalho com famílias que já tenham sofrido algum tipo de violação dos seus direitos, através do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI)... (Carvalho, 2016, p.25).

Foi nesse contexto que se criaram os Centros de Referência de Assistência Social, que abrigam programas como o PAIF, objeto central deste estudo. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (Brasil, 2009, p. 11), estas unidades têm como função operacionalizar o cotidiano dessas proteções sociais, trabalhando nos territórios, junto com famílias e comunidades. Vejamos uma citação dessa legislação:

É uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível Brasil (2009, p. 11).

Dentre as políticas públicas sociais temos o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF. Segundo Brasil (2012, v. p. 5):

O PAIF é pedra fundamental e se caracteriza como eixo basilar para a “nova” política de assistência social que vem sendo construída no Brasil desde a publicação da PNAS em 2004, ou seja, como política pública, dever do Estado e direito de cidadania. Política que se propõe a superar a tradição histórica assistencialista, clientelista, segmentada, de modo a ultrapassar a lógica dos “favores ou afilhados” para alcançar o entendimento da prestação de serviços públicos no campo dos direitos socioassistenciais. Ao contrário, garante direitos aos cidadãos. Política que além de enfrentar riscos sociais, propõe-se a prevenir as situações de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o PAIF inova ao materializar a centralidade do Estado no atendimento e acompanhamento das famílias, de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida.

Assim, temos que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF é uma iniciativa do Governo Federal que visa promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assegurando a proteção social e o acesso a serviços públicos. Assim



sendo, o seu eixo central é o que está definido nos documentos e legislação como *matricialidade sociofamiliar* que tem como foco a proteção social na família. De acordo com os princípios da PNAS, a ênfase na *matricialidade sociofamiliar*:

Está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (Brasil, 2004, p. 41)

No entanto, Gomes (2012) aponta que para a NOB – SUAS<sup>8</sup> não existe um modelo de família único e ideal, mas sim, famílias que são resultados de uma diversidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelas pessoas que compõem esse núcleo familiar.

De modo geral, o PAIF busca fortalecer a função protetiva da família, contribuindo com o seu bem estar, uma vez que de acordo com a Política Nacional da Assistência Social-PNAS/2004 na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS:

Por reconhecer as expressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. (Brasil, p. 41, 2004).

Portanto, ao trazer para o centro de atenção do serviço às famílias, o PAIF permite um olhar mais cuidadoso, detalhado e amplo acerca das famílias atendidas, proporcionando a criação de ações e atividades mais eficazes, buscando oferecer suporte suficiente para que consigam superar as situações de risco e/ou vulnerabilidade social, superando as desigualdades. Além disso, também leva em consideração que não existe um único modelo de família e que é necessário abrir espaço para a diversidade de arranjos familiares, assim:

A assistência social também compreende a família como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e, até mesmo, violência. Nessa direção, ao eleger a matricialidade sociofamiliar como eixo do SUAS, a família é enfocada em seu contexto sociocultural e econômico, com composições distintas e dinâmicas próprias. Essa compreensão busca superar a concepção tradicional de família, o modelo padrão, a unidade homogênea idealizada e acompanhar a evolução do seu conceito, reconhecendo que existem arranjos distintos, em constante movimento, transformação (Brasil, 2009, p.12).

No ano de 2012, foram criados dois volumes dos cadernos intitulados “Orientações Técnicas sobre o PAIF” com o objetivo de contribuir com as informações sobre

---

<sup>8</sup> “A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) disciplina a gestão pública da Política de Assistência em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993” (Brasil, 2012, p. 11).

o PAIF, apresentando as normatizações do seu serviço, o que é, como funciona, seus objetivos e diretrizes. Os documentos apresentam o PAIF como um serviço essencial para a prevenção de situações de risco, a convivência familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos. É uma ferramenta para o enfrentamento da pobreza, desigualdades, assim como para o desenvolvimento de potencialidades das (os) usuárias (os). Nesse sentido:

O PAIF, assim, busca fortalecer a função protetiva de cada um dos membros da família e dela como conjunto, ao desenvolver ações com a finalidade de identificar e combater ideias preconceituosas, estigmatizantes e discriminatórias. Desta forma, pretende auxiliar cada membro do grupo familiar a reconhecer e respeitar as especificidades e particularidades de cada um dos seus componentes, em especial: aquelas em decorrência do ciclo de vida, orientação sexual, questão de gênero, da incidência de algum tipo de deficiência, doença mental, dependência química, entre outras peculiaridades inerentes à diversidade humana. (Brasil, 2012, v. 1, p.48)

De acordo com Brasil (2012, v. 2, p. 15), o serviço tem por objetivos:

Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Conforme as Orientações Técnicas sobre o PAIF outro foco importante do PAIF, é apoiar as famílias em situações de insuficiência de ou nulo acesso à renda. Desse modo, as famílias:

[...] devem ser encaminhadas para serem encaminhadas para benefícios socioassistenciais e/ou programas de transferência de renda, desde que atendam o perfil de inserção, além de outras ações de geração de trabalho, emprego e renda. Aquelas que não atendem o perfil de inserção em programas de transferência de renda/benefícios assistenciais podem ser encaminhadas para serviços das áreas de educação e trabalho para participação em ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e demais ações que propiciem acesso à renda (Brasil, 2012, v. 1, p. 49).

Ressalta-se também que o trabalho social com as famílias é realizado através de ações com as famílias, de acordo com Brasil (2012, v. 2, p. 17):

As ações do PAIF devem ser planejadas e avaliadas com a participação das famílias usuárias, das organizações e movimentos populares do território, visando o aperfeiçoamento do Serviço, a partir de sua melhor adequação às necessidades locais, bem como o fortalecimento do protagonismo destas famílias, dos espaços de participação democrática e de instâncias de controle social.

Tais ações têm como desafio materializar os objetivos do serviço, isto é, é fundamental que no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dessas ações, os objetivos do serviço sejam a ele associados para que consigam garantir assim o seu cumprimento de forma efetiva (Brasil, v. 2, 2012). As ações são executadas da seguinte

forma: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos. Segundo Brasil (2012, v. 2, p. 17), a acolhida:

Consiste no processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias, bem como de oferta de informações sobre as ações do Serviço, da rede socioassistencial, em especial do CRAS e demais políticas setoriais. A acolhida constitui ação essencial do PAIF, pois é quando ocorre o início do vínculo entre o Serviço e a família. É o momento em que o profissional deve buscar compreender os múltiplos significados das demandas, vulnerabilidades e necessidades apresentadas pelas famílias, buscando também identificar seus recursos e potencialidades e como tais situações se relacionam e ganham significado no território. Na acolhida, a história de cada família deve ser compreendida, quando houver a possibilidade, a partir da escuta do maior número possível de membros. São parte dessa história fatos, emoções ou sentimentos relatados pelos membros atendidos ou apreendidos pelos profissionais responsáveis pela acolhida. Esses relatos e percepções favorecerão a reflexão sobre a relação da família com o território, suas redes de apoio, acesso a serviços, potenciais comunitários e dos membros pertencentes a esse grupo familiar.

É nessa etapa que as informações sobre as famílias são coletadas e registradas sendo essencial considerar não somente a situação socioeconômica vivenciada, mas também a subjetividade das famílias, suas crenças, valores, formas de comunicação e expectativas em relação ao serviço. A acolhida pode ser particularizada ou em grupo. Nesse momento, elas precisam se sentir respeitadas e apoiadas, reconhecendo o serviço como um direito. (Brasil, v. 2, 2012)

Outra ação desenvolvida pelo PAIF são as oficinas com as famílias, (Brasil, v. 2, p. 23, 2012) aponta que elas:

Consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior do CRAS. A opção de se trabalhar com um conjunto de famílias decorre da compreensão de que as pessoas estão em contínuo processo de interação com o outro. Por isso se afirma que o ser humano é relacional, necessita do diálogo, da participação e da comunicação. Nesse sentido, as pessoas passam a concretizar a sua existência produzindo, recriando e realizando-se nas suas relações com o outro. Os membros familiares, portanto, se realizam no grupo familiar, ao passo que as famílias se percebem nos contextos comunitários e territoriais em que estão inseridas, ou ainda na interação com suas redes (que podem não estar no mesmo território).

As oficinas com as famílias se configuram como um espaço que propicia reflexões críticas de situações vividas, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas e tem por intuito realizar debates reflexivos sobre temas de interesse das famílias, levando em consideração suas demandas e realidades específicas (Brasil, v. 2, 2012).

Já as ações comunitárias como bem aponta (Brasil, v. 2, p. 37, 2012):

São ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território. Possuem escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizar um número

maior de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum.

Desse modo, constituem dentre os objetivos das ações comunitárias do PAIF: promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária. Tais ações são podem ser executadas de diversas formas, dentre elas, através de palestras, campanhas e eventos comunitários (Brasil, v. 2, p. 37, 2012).

Somado as ações comunitárias, existem também as ações particularizadas que consistem “[...] no atendimento prestado pela equipe técnica do CRAS à família – algum (ns) membro(s) ou todo o grupo familiar, após a acolhida, de modo individualizado” (Brasil, v. 2, p. 41, 2012). Além disso, segundo (Brasil, v. 2, p. 41, 2012):

A opção pela utilização de ações particularizadas no atendimento às famílias deverá ocorrer em casos extraordinários e têm por princípio conhecer a dinâmica familiar mais aprofundadamente e prestar um atendimento mais específico à família, como nos casos: de suspeita de situações de violação de direitos, entendimento e enfrentamento das causas de descumprimentos reiterados de condicionalidades do Programa Bolsa Família, beneficiários do BPC de 0 a 18 anos fora da escola e demais situações que pressupõem sigilo de informações e que podem gerar encaminhamento para a Proteção Social Especial ou para o Sistema de Garantia de Direitos.

Por fim, outro tipo de ação são os encaminhamentos, que são classificados como “[...] os processos de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores” (Brasil, v. 2, p. 41, 2012). Essas ações tem como finalidade a promoção do acesso aos direitos da cidadania. Os encaminhamentos devem ser formalizados através de algum tipo de documento ou formulário que possa ser entregue ao usuário e/ou enviado para a outra unidade (Brasil, v. 2, 2012).

Para que os objetivos sejam alcançados e as ações sejam executadas, prescinde da compreensão da realidade de cada família usuárias do serviço para que a/o profissional que as acompanha, possa realizar os encaminhamentos necessários para que as ações atinjam suas respectivas necessidades, levando em consideração singularidades de cada uma/um a fim de conseguir atender os objetivos do serviço que visam o bem-estar de toda a sociedade. Dessa forma:

As ações do PAIF devem ser planejadas e avaliadas com a participação das famílias usuárias, das organizações e movimentos populares do território, visando o aperfeiçoamento do Serviço, a partir de sua melhor adequação às necessidades locais, bem como o fortalecimento do protagonismo destas famílias, dos espaços de participação democrática e de instâncias de controle social (Brasil, 2012, v. 2, p. 15).

No entanto, para que a implementação das ações do PAIF seja realizada, é preciso a participação de diversos profissionais. A equipe técnica precisa ser composta por pessoas

com o ensino superior completo, uma vez que é necessário conhecimento técnico-metodológico. Além desse grupo, sob a supervisão do coordenador do CRAS, existe a equipe técnica composta por pessoas com o ensino médio, a essas cabe a função de conduzir os grupos dos Centros de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos e na operacionalização das ações dos serviços.

De acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012), as equipes de referência do CRAS têm autonomia para implementar ações do PAIF a partir das sugestões presentes no Guia de Orientação e de acordo com as particularidades, vulnerabilidades e potencialidades do seu território, adequando as ações a sua realidade. Porém, é importante destacar que:

É preciso atentar para não estigmatizar as famílias que vivenciam situações e vulnerabilidades, que as caracterizam como público-alvo do PAIF. Elas não devem ser consideradas como “famílias-problema”, incapazes e/ou falidas conforme será abordado nas “Orientações Técnicas sobre o PAIF – Famílias e Proteção Social Básica do SUAS”, vol. 3, todas as famílias: a) possuem recursos e potencialidades que devem ser identificados e fortalecidos; b) organizam-se conforme suas possibilidades e contextos que vivenciam (cultura e identidades coletivas); e c) necessitam de proteção estatal para que possam fornecer proteção aos seus membros (Brasil, 2012, v. 1, p.30).

Além disso, para que a elaboração e o planejamento das ações sejam executados, é necessária a realização da busca ativa para que se alcancem informações mais detalhadas sobre o território e as famílias de modo a conhecer as suas necessidades e vulnerabilidades.

É preciso que informações e dados sistemáticos sobre o território subsidiem o planejamento das ações e as tomadas de decisão sobre o Serviço. Nesse sentido, destaca-se a busca ativa do CRAS como instrumento fundamental na organização gerencial do trabalho social com famílias do PAIF, bem como o repasse de informação da vigilância social do município ou DF sobre o território para o CRAS (Brasil, 2012, v. 2, p. 85).

No entanto, segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF, Brasil (2012) aponta que a busca ativa não está restrita somente à visita domiciliar para chegar até essas famílias, podendo ser realizada através da divulgação dos serviços ofertados pelo CRAS em mídias, convite para as famílias participarem da primeira acolhida no CRAS, divulgação de listas em pontos estratégicos ou com a parceria de outras unidades e políticas públicas.

As diretrizes também apresentam que cabe ao coordenador do CRAS a função de organização gerencial do PAIF, através da elaboração e execução da direção, planejamento, organização, monitoramento, avaliação em conjunto com a equipe de referência e com a participação das famílias do serviço.

Partindo desses pressupostos, é possível perceber a partir de sua regulamentação o PAIF se configura como um importante serviço da assistência social. Ao tomar a família como foco central de sua atenção, permite uma análise integrada através do acompanhamento

e prestação de serviços, que buscam oferecer uma base para que essas famílias possam superar as situações de vulnerabilidades e riscos sociais presentes em seus cotidianos, a partir de considerando suas demandas e necessidades.

#### 4 AS ATIVIDADES DO PAIF NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE

Como estamos procurando delinear neste estudo, as políticas públicas vêm sendo estudadas por diversas áreas do conhecimento, o que possibilita a análise de diferentes perspectivas sobre esse tema a partir de suas ferramentas teóricas e metodológicas. Desse modo, neste capítulo será apresentado o funcionamento das atividades do PAIF em Redenção e algumas reflexões que foram surgindo no decorrer das observações de campo ligadas as questões de gênero a partir de uma análise antropológica e do serviço social.

A antropologia através de seus métodos permite perceber como as políticas públicas são vividas, percebidas e vivenciadas por quem as recebe em diálogo com o serviço social, permite reflexões essenciais para compreendermos acerca da efetividade delas. Segundo Alves e Barros (2008, p.51):

No mesmo caminho de Fonseca e em diálogo com o serviço social colocamos a proposta de questionamento do próprio saber do senso comum, de construção de explicações sobre as relações sociais elaboradas dentro de um quadro teórico e da prática profissional como uma condição de conhecimento do “outro” e de uma prática que se faz no contato sistemático com uma diversidade de universos sociais. Esta proposta remete às questões referentes à relativização de visões de mundo em contato em confronto. Trata-se, neste caso, de pensar os fundamentos das relações sociais em contextos sociais distintos e a linguagem que é empregada para se estabelecer essas relações. Trata-se também de estratégias de relação com diferente, com o “outro”. Estratégias que podem ser entendidas como parte da vida cotidiana de contato com o “outro” ou como forma de intervenção social em suas múltiplas dimensões.

As autoras chamam a atenção para a visão do Serviço Social que está imbuído na questão do direito, sejam eles civis, políticos e sociais a fim de assegurar a cidadania a todas as pessoas que dela necessitar, inclusive aquelas em que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Alves e Barros (2008, p. 51) apontam que:

A perspectiva do “outro” no sentido antropológico não é colocada como uma questão inicial para os trabalhos de intervenção. A pauta das atividades do Serviço Social tem como finalidade alguma forma de enquadramento em uma classificação prévia dentro dos marcos definidores das políticas sociais que pouco dá valor espaço para outra lógica, para outros modos de vida.

Enquanto o Serviço Social tem seu olhar voltado para a garantia e promoção dos direitos inclusive para pensar e analisar as políticas públicas, a Antropologia direciona a sua atenção para além da questão dos direitos, buscando compreender a maneira como as políticas públicas são vivenciadas pela comunidade – como as afetam e como são percebidas por ela – levando em consideração sua singularidade. Por exemplo, as atividades da PAIF propõem um universo de direitos através de seus encontros a partir do enquadramento da Assistência Social, mas dentro desse universo, existe o mundo das mulheres que também tem seus significados e outras visões.

Nesse contexto, o antropólogo olha para essas duas realidades, esses dois significados dando ênfase às singularidades. Assim, “a questão da subjetividade perpassa inevitavelmente várias áreas do conhecimento, o que pressupõe a necessidade de um diálogo interdisciplinar e inter-teórico mais aprofundado e pluralista” (Moraes, 2020, p. 18).

Nesse sentido, antropologia volta a sua atenção para a compreensão dos significados dessas experiências das famílias que participam das políticas sociais e que ultrapassa o aspecto material/financeiro. Existem aqui, aspectos relacionados ao campo das emoções, dos sentimentos, da afetividade o que ficará evidente mais adiante quando trouxermos para o texto as concepções das próprias mulheres acerca do que os encontros PAIF representam para elas.

Ainda hoje, o principal acesso à política social é por meio da transferência de renda e configura-se como um meio estratégico de ação do Estado para responder às demandas da proteção social, (Silva, 2015). Observa-se que a renda limitada continua sendo o fator determinante para as famílias buscarem essa política, influenciando diretamente o seu envolvimento com as ações socioassistenciais. A antropologia pode buscar compreender e apresentar aqui algo além dessa dimensão material. Pois se percebe que essa materialidade econômica torna-se objeto de atenção em detrimento das subjetividades envolvidas na relação, sejam elas coletivas ou individuais de pessoas assistidas pelas políticas públicas sociais.

Tratar das políticas públicas sociais a partir de uma perspectiva antropológica nos convida a refletir sobre as estruturas históricas, políticas e sociais que moldam e conduzem as formulações e execução das políticas públicas, observando questões essenciais quando são tomadas como centro de sua atenção a superação das desigualdades, inclusive aquelas relacionadas ao gênero como prevista nos documentos legais.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, como já mencionada na parte introdutória deste trabalho, as políticas sociais começaram a perder seu caráter assistencialista, de ajuda aos pobres e passaram a se constituir como uma política comprometida com a garantia dos direitos sociais, com novas concepções. A partir desse momento, a família torna-se a centralidade na proteção social sob a responsabilidade do Estado, como afirma o art. 226 “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Constituição Federal de 1988).

A NOB/SUAS (2005) tem como um dos seus eixos estruturantes a *matricialidade sociofamiliar*, que passa a compreender a família como núcleo central no protagonismo social. Em consonância com essa formulação, a PNAS tem a “Centralidade na família para



concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (Brasil, 2004, p. 32). Tais formulações, também estão presentes na rede de serviços socioassistenciais, respectivamente no PAIF que também incorporou a *matricialidade sociofamiliar*, buscando fortalecer a função protetiva das famílias, promovendo o acesso de direitos e contribuindo assim, com uma melhor qualidade de vida. (Brasil, 2009).

Ao pensar nos serviços e programas da assistência social é notório que os documentos legais colocam como centro de sua atenção às famílias, o PAIF, por exemplo, é um desses serviços. Porém, o que se observou durante a pesquisa foi que na prática da operacionalização desse serviço, quem participa dos encontros em sua maioria, são as mulheres. Ao perceber isso, surgem algumas reflexões: porque só as mulheres estão nos encontros? Será se é por conta de uma questão de interesse só das mulheres? Ou será porque as mulheres são condicionadas a estarem ali? Nota-se que as mulheres em geral são impulsionadas a ser esse centro, pois assumem um papel relacionado diretamente com seu gênero.

Logo, as políticas voltadas para as famílias, dirigem-se para as mulheres, o que faz com que ocorra um distanciamento entre o que está regulamentado nos documentos legais e o modo como o PAIF é operacionalizado na prática. Por conseguinte, são elas as responsáveis por cumprirem as condicionalidades do benefício social, nesse caso, o Mais Infância. Embora o serviço seja voltado para as famílias, neste trabalho a perspectiva encontrada é para as vozes das mulheres usuárias do PAIF. Pois, já que foram essas mulheres a serem ouvidas, e que estão colocando suas vozes em pauta. Nesse sentido, busca-se compreender os efeitos dessas políticas na vida das beneficiárias.

A essencialização do lugar feminino com relação aos cuidados da casa, a maternidade gera diferenças e disparidades, atribuindo as mulheres responsabilidades e posições, criando diversas formas de desigualdades e opressões. Nessa linha de pensamento, a antropóloga Vera Rodrigues (2016), aponta que tais desigualdades são usadas pelas ciências sociais como “marcadores sociais das diferenças”, na compreensão de como certas categorias de raça/cor, classe social, gênero dentre outras, classificam pessoas e grupos<sup>9</sup>. Citando Rodrigues (Rodrigues, 2016, p. 4), assim diz:

Nas ciências sociais, especialmente na antropologia, há um campo de estudos denominado “marcadores sociais da diferença”, em que se busca explicar como são constituídas socialmente desigualdades e hierarquias entre grupos sociais e indivíduos. Por marcadores da diferença, compreendem-se, por exemplo, as

---

<sup>9</sup> Neste trabalho, não estou considerando o enfoque para a questão racial. No entanto, será desenvolvido em um momento posterior, dedicando uma análise mais aprofundada a essa temática, o que permitirá uma compreensão mais ampla inclusive das relações de gênero que também são atravessadas pelas questões de raça e classe.

categorias de gênero, raça/cor, sexualidade e classe social. Tais categorias são percebidas pelo senso comum como naturais e autoexplicativas das relações sociais.

Nesse sentido, esse “marcador social da diferença” em relação as questões de gênero, construí papéis e atribui características femininas e masculinas que são tomadas como naturais para justificar as relações de poder entre mulher e homem. Para Scott:

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 2017, p. 75).

Nesse sentido, os papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens, se traduzem entre o espaço público e privado, sendo o homem que habita a esfera pública, enquanto para a mulher, é predestinado o espaço privado, sendo socialmente condicionada a assumir responsabilidades nessa esfera (esposa, dona de casa, mãe). Como bem aponta Carloto e Mariano (2010, p.453):

Inúmeros são os estudos feministas que apontam os efeitos perversos da separação rigorosa entre público e privado, separação esta que se associa a várias outras dicotomias, como, por exemplo, masculino e feminino, político e doméstico, produção e reprodução, cultura e natureza, independência e dependência, sempre de modo a se reforçar mutuamente e a estabelecer uma hierarquia entre os polos opostos que resulta na associação da mulher como o polo inferior da relação. Para essa tradição dicotômica e binária, a mulher está para o mundo privado e doméstico assim como o homem está para o mundo público e político.

Nessa direção, entende-se que os efeitos dessa separação entre público e privado reproduzem hierarquias e atribuem espaços sociais diferenciados entre o feminino e o masculino, determinando espaços físicos e sociais, cabendo exclusivamente a mulher a ocupar determinados lugares e “funções”. Piscitelli (1996, p.1) também ressalta que:

Em muitos cenários, a vinculação entre qualidades femininas e a capacidade de conceber filhos e dar à luz contribui para que a principal atividade atribuída às mulheres seja a maternidade, e que o espaço doméstico e familiar seja visto como seu principal local de atuação.

A partir dessa breve discussão das relações de gênero, observa-se como elas influenciam significativamente no cotidiano de mulheres e homens, uma vez que atribuem significados diferentes relacionados aos papéis sociais e a determinados tipos de comportamentos. Na política de assistência social, observa-se que essas relações também estão presentes, como sugere esta citação:

“Os serviços socioassistenciais de intervenção estatal, mesmo que não explicitamente, acentuam a lógica de que a família ainda é pensada a partir da

família tradicional-nuclear, responsabilizando a mulher pelos cuidados dos membros da família” (Bavaresco, 2019, p. 67).

Partindo destas proposições teóricas, percebe-se que as políticas voltadas para as famílias, dirigem-se para as mulheres, o que faz com que ocorra um distanciamento entre o que está regulamentado nos documentos legais e o modo como o PAIF é operacionalizado na prática. De certo modo se essas práticas designam a mulher a gerenciar a sua família, bem como as cumprir as condicionalidades do serviço socioassistencial com o objetivo de manter a sua permanência nos programas de transferência de renda. Na perspectiva do PAIF, evidencia-se que tais ações objetivem atender a família, mas na prática são as mulheres que estão frequentando esses espaços. São esses encontros que propiciam às mulheres que às vezes não são escutadas em outros ambientes, um momento para serem ouvidas, reconhecidas, a terem um sentimento de pertencimento. As usuárias acabam conseguindo um pouco mais de independência ao ser contempladas com o benefício para além do valor monetário.

Conforme indicamos na introdução, o município de Redenção onde vivem as famílias consideradas para este estudo está localizado em uma região serrana, com comunidades rurais que possuem atividades voltadas para a agricultura e trabalhos manuais. O CRAS de Redenção realiza atividades assistenciais no âmbito do PAIF através do acompanhamento com o chamado *Grupo PAIF*. Segundo informações concedidas pela Assistente Social do CRAS, o Governo Estadual do Ceará realizou o levantamento do perfil das famílias beneficiárias que poderiam ser inscritas no programa denominado por *Cartão Mais Infância* e as inseriu no serviço.

O Cartão Mais Infância é um programa de transferência de renda do Governo do Estado. Um benefício financeiro mensal, no valor de 100,00, destinado às famílias extremamente pobres e que atendam aos critérios do programa. As famílias são selecionadas na base de dados do Cadastro Único e a relação das famílias é repassada para os municípios onde as famílias residem. As equipes dos Municípios se encarregam de localizar as famílias e confirmar se a situação delas continua igual ao período em que fizeram o Cadastro Único e, portanto, se ainda precisam receber o benefício do CMIC (Ceará).

A partir do mapeamento desses dados, selecionaram-se as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade no município de Redenção que foram inseridas no PAIF de acordo com os critérios exigidos pelo serviço. Por conseguinte, o CRAS trouxe para dentro do PAIF, o *Projeto RECRIAR* – Redenção Cuidando de Suas Crianças com Amor, com a finalidade de acompanhar essas famílias ditas pelo Estado como “vulneráveis”, e é dentro do Recriar que as ações do PAIF são executadas.

O PAIF em Redenção é operacionalizado em conformidade com a tipificação das normas elaboradas pelo Governo Federal, mas também precisa seguir algumas regras do Estado. Uma das regras é que a família seja acompanhada pelos serviços assistenciais para que possam continuar recebendo o benefício Mais Infância. Muitas mulheres só participam dos encontros do PAIF se estes encontros coincidirem com o dia do pagamento do Mais Infância, pois as famílias que residem na serra precisam se deslocar para Redenção, o que exige gastos com passagens, lanches e outras despesas. Na maioria das vezes, a renda é insuficiente. No entanto, para evitar a ausência das famílias nos encontros e suas condições de deslocamentos, as assistentes sociais decidiram conciliar os encontros com o dia do recebimento do benefício Mais Infância ou do Bolsa Família, a fim de garantir a participação das/os usuários/as. A assistente social (D1), ao ser perguntada sobre quais os desafios as mulheres vivenciavam para participar dos encontros, responde:

Um dos desafios é em relação, é, a logística delas irem até o equipamento. Porque? Porque muitas, é porque as localidades né no município de Redenção, as localidades são muito distantes e aí elas precisam tá custeando o valor da passagem para chegar até o equipamento. Então a gente observa que um dos, é um dos desafios a enfrentar, é em relação a essa, em relação à locomoção delas mesmo. Porque hoje a gente não tá fazendo o serviço né o PAIF na localidade, mas sim dentro do equipamento. E aí a gente tentou é superar esse desafio, é marcando as reuniões somente uma vez por mês né, fazendo com que elas possam estar participando, geralmente no dia ou do pagamento da mensalidade do cartão Mais Infância ou no dia do Bolsa Família, entendeu? algo que elas, que a gente possa é fazer com que elas consigam chegar até o CRAS (D1, 2023).

Para participarem dos encontros PAIF no CRAS localizado em Redenção, as mulheres precisam se deslocar de suas comunidades até a cidade, o que representa um desafio para elas, pois muito além da distância geográfica, outros elementos estão em questão e acabam dificultando sua mobilização, como os custos adicionais com as despesas com passagens em transportes. Essas mulheres precisam se acordar antes do sol nascer para se prepararem para o trajeto até o CRAS. Porém, apesar de tal desafio observou-se durante seus relatos, que o percurso até o CRAS, representa uma demonstração de compromisso dessas mulheres frente aos encontros, ora por sua permanência no benefício, ora pelas contribuições pessoais e familiares que lhes são possibilitadas.

Além da distância, a ida aos encontros exige uma logística de organização em suas rotinas, por exemplo, a preocupação com quem deixarão seus filhos durante o período em que estarão na cidade. Somado a isso, para aquelas que possuem seu próprio transporte, ainda precisam arcar com as despesas com combustíveis, já outras encontram alternativas de

transporte, como é o caso de uma interlocutora que utiliza o ônibus escolar, mesmo tendo a consciência de que é proibido o tráfego de pessoas que não são alunas.

Para algumas interlocutoras que não têm um meio de “transporte particular”, elas precisam utilizar os veículos conhecidos como “pau de arara”, pagando em média o valor de R\$30,00 com passagens para chegar ao CRAS. Além disso, os horários de saída dos motoristas para a serra variam de 9h30min as 10h00min, o que exige que as mulheres estejam nesse horário no ponto do transporte. Nas situações em que as interlocutoras perdem o transporte, precisam fretar um moto táxi cujo custo de deslocamento é em média R\$35,00. Salienta-se que as assistentes sociais ao terem conhecimento dessa realidade, pensaram e articularam os encontros entre os horários que não interferissem na locomoção das interlocutoras.

As atividades coletivas são executadas pela equipe técnica que compõe o CRAS. Existem grupos que são acompanhados pelo PAIF, dentre eles o grupo das gestantes e o grupo PAIF Mais Infância. É importante destacar que as famílias pesquisadas neste trabalho fazem parte do grupo Mais Infância.

Levando em consideração que a região serrana é extensa, com aproximadamente 27 comunidades rurais, conforme já apresentamos na introdução, houve a necessidade de dividi-la em duas partes para que o atendimento conseguisse atender as demandas. Assim, duas assistentes sociais ficaram responsáveis por acompanhar as comunidades rurais.

As atividades no CRAS acontecem uma vez por mês com as famílias em Redenção. O encontro dura 1 hora e inicia-se com a acolhida das famílias, seguido de dinâmicas ou *contação de história* e posteriormente, a exposição do tema que vai ser discutido por meio de *slides*, vídeos e/ou roda de conversa, finalizando com o espaço para tirar dúvidas e com o lanche. Esse momento de encontro permite que as/os usuárias/os sintam-se confortáveis para apresentar suas demandas, reivindicarem seus direitos e trocarem experiências. É importante destacar que as temáticas são voltadas para a primeira infância ou temas alusivos ao mês em que o encontro acontece.

Durante os encontros que acompanhei e a partir do que D1 narra, foi possível perceber que há uma atenção voltada para o bem estar das usuárias, inclusive a partir das demandas que elas trazem para os encontros. De acordo com as orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social, as ações das (os) profissionais que atuam no CRAS devem: “[...] provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia, na garantia dos direitos

com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos” (Brasil, 2006, p. 13 apud Sousa, 2011, p. 95).

Dessa forma, para a construção desse protagonismo e autonomia, as assistentes sociais no CRAS de Redenção – CE, elaboram os encontros a partir do que as usuárias do PAIF, apresentam. A elaboração das temáticas a partir da realidade das usuárias possibilita que de fato as assistentes sociais consigam alcançar os indicadores a partir dos objetivos do PAIF, inclusive contribuir para o processo de autonomia e emancipação social das famílias, compreendendo como atendimento todas as atividades socioeducativas através de palestras, encontros, reuniões temáticas (Salgado, 2015).

Ao perguntar à interlocutora D1 sobre como as temáticas são pensadas e construídas, ela responde:

É a importância né que a gente percebe, percebe é do PAIF na vida delas é em relação às temáticas que são desenvolvidas dentro do PAIF é de transformação mesmo. Como é um trabalho social né, a gente percebe muitos depoimentos delas que de fato aquela temática ela consegue é colocar em prática dentro do cotidiano delas né, ali dentro do âmbito familiar né. E aí elas com os depoimentos né, com algumas vulnerabilidades é sendo superadas, e ali a gente percebe que de fato, as temáticas estão fazendo a mudança né, estão fazendo com que elas sejam protagonistas da família, protagonista da vida delas (D1, 2023).

Além disso, ao perguntar a D1 sobre quais famílias chegam ao PAIF, ela responde:

Essas famílias elas chegam até o CRAS de que forma? Elas chegam a partir das demandas né. Elas chegam por conta de sua vulnerabilidade socioeconômica. E aí o PAIF ele é um trabalho social com famílias né, que a gente desenvolve no âmbito desses serviços né, que é o PAIF. E aí é essas famílias, elas são famílias que já tem um perfil de renda per capita é baixa renda né, é são famílias que tem extrema pobreza, que estão no perfil de pobreza né. E aí elas chegam a partir dos programas sociais do governo do Estado ou do Governo Federal e aí a gente faz no caso o perfil do PAIF que você participou que é o recriar, foram o perfil delas são famílias que foram beneficiadas a partir do cartão mais infância, a gente acolheu essas famílias e aí a gente é deu início ao PAIF, que esse trabalho social. A central é são as mulheres né, a maioria das reuniões são mulheres que participam (D1, 2023).

Com base no relato, é possível perceber que as famílias assistidas pelo serviço PAIF a partir do que o Estado entende e considera como “vulnerável”, são aquelas que se encontram em extrema pobreza. Contudo, é necessário ir além de questões restritas somente à renda e levar em conta a subjetividade dessas famílias, uma vez que além das questões materiais, as usuárias enfrentam também outras “vulnerabilidades”, dentre elas, relacionadas ao emocional, como bem aponta D1 (2023):

É... As famílias que são atendidas pelo PAIF, é... Elas são famílias que têm vulnerabilidade socioeconômica, até porque o PAIF ele é um serviço dentro de um equipamento da assistência social, né isso. E aí a assistência social é de quem dela precisar né, já que o PAIF está dentro de um serviço do CRAS, as famílias são famílias vulneráveis né, com de baixa renda né, são famílias

que elas têm várias vulnerabilidades não socioeconômicas. Mas a gente percebe também a vulnerabilidade emocional né, várias vulnerabilidades a gente consegue perceber né dentro do contexto da realidade social dessas famílias.

Durante os encontros que acompanhei, percebi que, embora o PAIF tenha como centralidade a *matricialidade sociofamiliar*, ou seja, a família como centro de atenção da proteção social, a maioria das pessoas que participam dos encontros são mulheres como mencionado anteriormente. Ouvindo suas vozes, foi possível notar o quanto aqueles momentos eram satisfatórios para as mulheres ali presentes. Isso se deve ao fato de que o PAIF acaba sendo um espaço de acolhimento, trocas, escutas, fortalecimento de vínculos, de redes de apoio, possibilitando que as mulheres troquem suas vivências e criem laços entre si. Assim, o serviço torna-se também uma importante ferramenta para as mulheres se reconhecerem, uma vez que auxilia a identificar e valorizar as potencialidades individuais e coletivas por meio de suas atividades.

Pode-se sugerir, a partir das interlocuções de pesquisa, que o PAIF tem sido uma ferramenta fundamental para promover o bem-estar das famílias usuárias do serviço. Ao acompanhar as famílias rurais nas ações propostas e realizadas no CRAS – Sede Redenção foi possível perceber que a maioria do público que frequenta os encontros é feminino.

Nas comunidades rurais pesquisadas, por exemplo, as interlocutoras trabalham cuidando de suas casas e filhos. Essas mulheres enfrentam desafios como à falta de reconhecimento e valorização de seu trabalho exercido em casa, assim como a falta de novas oportunidades. Entretanto, o PAIF abre caminhos para superar os dilemas cotidianos destas mulheres. As palestras, rodas de conversas e cursos de capacitação em diversas áreas disponibilizados pelo serviço são um mecanismo fundamental para tentar lidar com esses problemas.

## 5 OS SIGNIFICADOS DOS ENCONTROS ATRIBUÍDOS PELAS REPRESENTANTES DAS FAMÍLIAS

Através dos encontros que as mulheres participam, são construídos e atribuídos significados sobre esses momentos por cada uma delas. Para algumas, os encontros representam a oportunidade de receber apoio emocional e psicossocial. Para outras, enxerga-os como um espaço de conhecimentos acerca de seus direitos e deveres, sendo uma maneira de terem acesso a informações acerca encaminhamentos, de orientações com o cuidado com as filhas/os, de sugestões de como lidar com conflitos familiares e pessoais, troca de experiências.

Embora o recebimento do benefício do Cartão Mais Infância seja um fator para que as interlocutoras participem dos encontros, há outros sentidos além dos recursos materiais recebidos. Nesse sentido, procuramos identificar outros significados que as mulheres rurais usuárias do PAIF atribuem aos encontros, bem como, os desafios e esforços para participarem mensalmente desses momentos. Ao olhar para esse serviço a partir do que elas têm a narrar, é possível observar que as atividades desenvolvidas vão muito além do ganho material e/ou assistencial. O PAIF promove para as usuárias um espaço seguro e acolhedor em que as mulheres compartilham suas experiências de vida, bem como, um espaço de orientação, aprendizado e escuta.

As interlocutoras expressam em suas narrativas percepções semelhantes a respeito de algumas questões sobre o PAIF. Quando cada uma olha para as experiências a partir da realidade que vivem tanto nos encontros como em seu dia a dia, são notórios os efeitos em sua vida pessoal e familiar, pois são espaços de escutas e orientações. Nas entrevistas, as participantes expressam muito bem em suas falas quando são questionadas sobre como se sentem nos encontros:

Eu me sinto bem, porque a gente sempre escuta lá umas opiniões né. Aprende mais alguma coisa assim do dia a dia da gente, com as crianças (D2 1, 2023).

Eu me sinto bem, eu me sinto bem à vontade lá. Eles são bem... Eles acolhem a gente bem, deixa a gente a vontade lá. Eu gosto. Me sinto bem. (D3, 2023).

Eu me sinto bem acolhida em todas as reuniões em qualquer que seja o assunto que irão tratar (D4, 2023).

Eu me sinto, eu me sinto como se diz. (Silêncio) É como se houvesse um espaço pra gente se colocar. Um espaço que tem que a gente sabe que ali você vai levar os seus complexos e vai ser como é que se diz, e vai ser mesclado com as outras e juntas a gente acaba de certa forma atendendo é cada um de nós em particular, sabe. É... Perdi o foco de novo [...] a gente se sente acolhida, sabe. A gente se sente acolhida. É como se a gente tivesse é, quando a gente tá com problema e procura a casa de



mãe, é tipo casa de mãe. É ali aonde a gente vai buscar é um aconchego, uma orientação pra nos nortear. É, eu me sinto assim, acolhida. (D5, 2023).

A gente sente acolhida, muito bem tratada. E elas têm uma atenção muito grande com a gente (D6, 2023).

As falas das interlocutoras demonstram o acolhimento e o conforto que elas sentem nos encontros. O CRAS dentro desse contexto funciona não somente como um equipamento exclusivo para a concessão de benefícios e acesso a direitos básicos, mas como um espaço que propicia através das ações do PAIF, orientação não somente para as mulheres. Mas também para a família. A maneira como a assistente social conduz os encontros proporciona as usuárias reflexões importantes, inclusive em relação a potencialidades, educação das filhas/os, isso se confirma quando as interlocutoras relatam a importância dos encontros para elas:

Eu (silêncio). Para mim, eu acho importante. Que eu aprendi muitas coisas, né. Tanto do que a gente tem direito, que nem a gente falou naquele dia que a gente conversou, sobre coisas que eu não sabia. E da gente ir lá discutir é, a realidade. Às vezes até aqui com a minha vivência com a minha, com a minha filha. Aí às vezes, muitas vezes a gente já conversou, já teve um debatezinho lá sobre a criação, essas coisas. Eu aprendi muito lá também, a questão da criação, como educar, né (D3, 2023).

Com certeza, a importância dos encontros é porque é assim, de certa forma, de certa forma não, norteia a gente enquanto família sobre o bem estar da criança, como que a gente deve é abordar certos... Tipo um direcionamento da questão da educação, do bem estar, atendendo os direitos da criança né pra não violar. Orienta a gente no sentido dos direitos que eles têm, quanto é, por exemplo, educação, direitos a... Os direitos de criança né, não explorar digamos com trabalho, também ter o cuidado de educar não espancando nesse sentido né, que a cultura da gente se baseia nisso né, pra educar a gente reproduz de certa forma né, de forma errada, batendo. Eles batem muito nessa tecla que a gente não deve partir deste ponto, que sempre deve optar pelo diálogo sabe, é muito nisso (D5, 2023).

È importante porque a gente aprende muita coisa. A lidar com os nossos filhos na educação deles (D6, 2023).

Já a Interlocutora D4, ao narrar sobre a importância de participar desses momentos, os considera como um “encontro psicológico”. Isso demonstra que os encontros também contribuem para o bem estar emocional e mental, não somente as orientações e cuidados com as/os filhas. Ao chegarem ao CRAS, essas mulheres têm a oportunidade de se juntar a outras mulheres e compartilhar suas vivências, transformando os encontros com outras mulheres em uma rede de apoio, isto é, os encontros acabam se tornando também um espaço de apoio emocional, constroem redes de apoio e até mesmo, promovem uma valorização feminina. O que fica evidente na fala da Interlocutora D5.

a gente aprende muita coisa lá.

**Entrevistadora:** você conseguiria explicar um pouco do que aprende lá?

Mulher, porque lá é tipo um encontro psicológico pra gente. Porque eles procuram mais a ensinar como a gente de deve cuidar das crianças, como a gente deve manter a gente nos problemas da gente. Mulher é bom demais! É bom demais! Eu queria até

participar mais desses momentos. A gente vai pra esses encontros que tem muita formalidade lá. Se a gente precisar eles colocam a gente pra psicóloga, a criança. É bom demais lá (D5, 2023).

Eu me sinto, eu me sinto como se diz. (Silêncio) É como se houvesse um espaço pra gente se colocar. Um espaço que tem que a gente sabe que ali você vai levar os seus complexos e vai ser como é que se diz, e vai ser mesclado com as outras e juntas a gente acaba de certa forma atendendo é cada um de nós em particular, sabe (D5, 2023).

Observa-se que é comum nas narrativas das mulheres questões sobre as orientações que recebem em relação a como educar seus filhos. Esses encontros também são propícios para ser discutido outras temáticas que também são importantes para as suas vidas e de suas famílias. Assim, a relevância das reuniões do PAIF não se restringe somente apenas a educação, mas ganha outros contornos inclusive nas redes de apoio no qual as usuárias não somente como mães, mas como mulheres, esposas encontram suporte emocional para lidar com outras questões.

Ao buscar entender as perspectivas das interlocutoras acerca do PAIF e sobre as experiências que vivem, observou-se que a importância que elas dão aos encontros ultrapassa a compreensão conceitual sobre o serviço. Quando perguntado a elas sobre o funcionamento do PAIF, a maioria respondeu que não tinha muito conhecimento sobre, as respostas foram:

“sei, eu sei só que é assim para melhorar o conhecimento da gente com as crianças, saber educar mais” (D2, 2023).

“Sobre o PAIF eu não tenho muito entendimento, só sobre o Mais Infância.” (D3, 2023).

“Não. Ela já explicou isso daí algumas vezes, mas é tanto assunto que a gente esquece” (D4, 2023).

“Eles sempre explicam, mas a gente..., mas eu não vou mentir não, eu sempre esqueço. Só que a gente tem consciência que é um órgão que a gente vai procurar se precisar, pra nos orientar. Se a criança estiver, por exemplo, se eu estiver equivocada, vulnerável né. Porque as vezes é... Por exemplo, aonde as crianças são exploradas né. Eu acredito que seja um órgão que a gente vai ter que procurar que vai nos orientar” (D5, 2023).

As interlocutoras apresentaram em suas narrativas os seus entendimentos acerca do PAIF, observa-se que a função do serviço não foi exposta com tanta convicção por elas. Em contrapartida esse serviço tem contribuído de forma positiva em suas vidas e nas relações familiares, inclusive em relação ao conhecimento de alguns de seus direitos ofertados pela Assistência Social, como é o caso, do acesso a benefícios sociais e do atendimento com profissionais da psicologia e da pedagogia. É possível perceber através de cada resposta as contribuições do PAIF, que não difere do sentido que está sendo dito no Caderno de Orientações Técnicas. Assim o PAIF consiste no trabalho social com as famílias,

promovendo o conhecimento e acesso de direitos, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida (Pontes, 2017).

A partir das falas das interlocutoras, observa-se que os encontros PAIF são momentos de trocas, reflexões e auxílio em estratégias para superar os seus complexos. No entanto, vale destacar que para cada mulher, os encontros possuem um significado diferente, uma vez que cada uma vem de um contexto com suas próprias necessidades. Para algumas, os encontros representam a chance de novos conhecimentos, inclusive na educação dos filhos que podem auxiliar em decisões mais assertivas no ambiente familiar. Isso é expresso na fala da Interlocutora D3 (2023):

Para mim, eu acho importante. Que eu aprendi muitas coisas, né. Tanto do que a gente tem direito, que nem a gente falou naquele dia que a gente conversou, sobre coisas que eu não sabia. E da gente ir lá discutir é, a realidade. Às vezes até aqui com a minha vivência com a minha, com a minha filha. Aí às vezes, muitas vezes a gente já conversou, já teve um debatezinho lá sobre a criação, essas coisas. Eu aprendi muito lá também, a questão da criação, como educar, né.

Conforme afirma Brasil (2012, v. 2, p. 24) as ações do PAIF:

Têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos.

Em conformidade com as orientações técnicas do PAIF supracitada, as respostas das mulheres revelam que o que está sendo proposto no documento, está sendo efetivado na prática. Os encontros promovem espaços de vivências que contribuem com reflexões sobre como lidar com os problemas cotidianos no âmbito familiar propiciando aos membros da família a construção de novas aprendizagens, favorecendo o diálogo, o convívio com as diferenças, problematizando as incidências de risco e vulnerabilidade no território e estimulando a capacidade de participação, comunicação, negociação, tomada de decisões.

Ao perguntar sobre como era à experiência para elas, responderam:

Mudança! Eu acho que é mudança. E traz benefícios, tanto pra mim como para o menino. Assim de, da empatia com as pessoas. Eu acho que traz muitos benefícios, lá e em casa. Muitas vezes a gente tá estressada e precisa ir pra lá mesmo e lá a gente conversando, a gente se entende” (D4, 2023).

Uma valorização. E digamos que assim, é um equipamento que cuida, que lembra dos nossos deveres, mas cuida dos nossos direitos” (D5, 2023).

Os trechos acima mostram que os encontros PAIF entre as mulheres constituem-se como um espaço coletivo de conhecimento e reconhecimento de direitos sociassistenciais (Programas Sociais, Proteção Social em situações de violência, vulnerabilidade socioeconômicas, dentre outros) reflexões, debates e, além disso, de cuidado, tornando-se um instrumento de transformações na vida das usuárias através da escuta e do acolhimento, o que

pode contribuir para o seu bem estar e fortalecimento emocional diante dos problemas cotidianos, inclusive como narrado pela interlocutora, naqueles relacionados ao estresse.

Assim, o serviço passa a ser uma referência de acolhimento, amparo e segurança em que as usuárias passam a se encontrar e se fazerem presentes ali não somente para garantir a permanência no Programa Mais Infância, mas para buscarem relações familiares mais saudáveis. É nesse espaço que essas mulheres se sentem mais compreendidas. Nesse sentido, os encontros PAIF apresentam-se como momentos de fortalecimento, escuta e acolhida como bem aponta Nagão (2021, p. 89):

A escuta e o acolhimento constitui parte essencial da metodologia no trabalho social com as famílias. Quando falamos em escuta, não se trata do simples ato de ouvir, mas sim uma escuta qualificada e atenta, que considere as usuárias enquanto sujeitas com uma história de vida, com desejos, fragilidades, sentimentos e potencialidades. Essa escuta deve estar embasada e incluir também o reconhecimento das desigualdades que tecem nossas relações sociais, para compreender de que forma os fatores sociais também incidem nas narrativas trazidas pelas pessoas atendidas.

Apesar das dificuldades encontradas, observa-se que ao chegarem ao CRAS, às experiências de outras mulheres, são semelhantes às suas. Ali, elas encontram uma espécie de refúgio para que seja escutada, uma possibilidade de ouvirem questões importantes sobre a maternidade, educação, o bem-estar individual, coletivo e familiar. Essa dedicação demonstra a importância dos encontros em suas vidas, as trocas de vivências, a busca por informações e orientações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na temática proposta no trabalho, objetivamos compreender quais as contribuições do PAIF na vida das mulheres usuárias desse serviço a partir de suas próprias narrativas. Ao tomar como ponto de partida a ideia de que as políticas públicas dependem muito de quem está recebendo, nesse caso, as mulheres usuárias do PAIF, de como essas coisas são significadas e a ideia de um Estado vivido não somente pelas Assistentes Sociais, mas também pelas usuárias. Significados esses que emergem e são vividos em seus cotidianos que deram vida a este trabalho. É nesse contexto que a “*teoria é vivida*”, termo utilizado pela antropóloga Mariza Peirano (2008) em que destaca a teoria como inseparável da etnografia que não está presente somente no exercício monográfico, mas em nosso dia a dia, no diálogo entre nossos pares, nesse caso, em especial, na construção lado a lado das interlocutoras beneficiárias do PAIF.

Diante desse contexto, observou-se que o PAIF proporciona além de benefícios materiais, contribuições duradouras para essas mulheres e suas famílias. Tais encontros permite sentirem-se acolhidas e confortáveis para partilharem suas experiências, incômodos e até mesmo buscarem alternativas para seus problemas. Mesmo que algumas não compreendam completamente a dimensão conceitual do PAIF, foi possível perceber que atribuem outros significados aos encontros, vendo-os como um espaço de acolhimento, orientações, aprendizado, conhecimentos.

Essas percepções foram possíveis a partir das encruzilhadas de caminhos que a antropologia nos conduz, inclusive em direção a outras áreas do saber, em nosso caso, com a elaboração dessa pesquisa a partir de um diálogo com o serviço social. Perceber outros lugares, outros nomes, a partir do que foi discutido aqui, nos leva a olhar para a vida das mulheres que são tocadas pelas políticas públicas, inclusive a olhar para as possibilidades de transformações em suas vidas pessoais, familiares e comunitárias. Esse é um dos modos do fazer antropológico: o olhar e escutar de perto, se propondo a compreender com mais detalhes determinada realidade, os vários modos de ser e viver a própria teoria em ação.

O serviço social tem um recorte e uma atenção voltadas para a extensão mais materialista, ligada a questões econômicas. A antropologia através de suas abordagens teóricas metodológicas, busca trabalhar outra perspectiva do sujeito, possibilitando novas maneiras de pensar a política pública não somente através de seus marcos normativos, mas com as interpretações que as pessoas tem dessa própria política. Dessa forma, essa interlocução entre as duas áreas de conhecimentos, pode contribuir inclusive com a maneira

em que o PAIF é executado, pois embora o serviço tenha como eixo central a *matricialidade sociofamiliar* sugerindo a família como centro, observou-se que o maior público que frequenta esse serviço é feminino. Ao compreender as relações simbólicas e de poder criadas nesse contexto, a antropologia pode contribuir de modo significativo para o trabalho social do PAIF, levando em consideração reflexões a respeito se essa política está preparada (ou não) para atender o que as mulheres esperam e conseqüentemente as suas necessidades, tendo em vista as aquisições e os objetivos propostos pelo serviço.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Carla Susana Alem. **Os futuros portugueses: Um estudo antropológico sobre a formação de especialistas coloniais para Angola (1950-1960)**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

ALVES, Andréa Moraes; BARROS, Myriam Moraes Lins. Interloções: Antropologia e Serviço Social. **O Social em questão**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 46-55, 2008. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=194&sid=27>. Acesso em 02 de nov. 2023.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista de Estudos Feministas**, v.3, n.2, 1995.

BAVARESCO, Cleomara Padilha de Vargas. **Desigualdade de gênero em relação aos cuidados das famílias**. 2019. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade de Caixias do Sul, Caixias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/5122/TCC%20Cleomara%20Padilha%20de%20Vargas%20Bavaresco.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 de out. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Capítulo VIII – DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, Art. 226. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=18572&seqPaginaInicial=104&seqPaginaFinal=104>. Acesso em: 08 de dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf). Acesso em: 8 de set. de 2023.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Brasília: MDS – Secretaria Nacional de Assistência Social, v 1, 1 ed., 2012b. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_PAIF\\_1.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf). Acesso em 02 de nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Brasília: MDS – Secretaria Nacional de Assistência Social, v 2, 1 ed., 2012b. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_PAIF\\_2.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf). Acesso em 02 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/LoasAnotada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf). Acesso em 05 set. 2023.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica NOB – Suas**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf) Acesso em: 5 set. 2023.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS** - Brasília, DF: MDS, 2005. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em 12 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 248p. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/20anosLOAS.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/20anosLOAS.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. Brasília (DF): UnB; CEFSS, 2009.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. **No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social**. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 451-471, ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/XtHh3ZnYkc4qx69TkVZC9CL/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CARVALHO, Isabela Mainieri Soares Correa de. **A acolhida do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI), uma breve análise comparativa**. 2016. 73 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13086/1/2016\\_IsabelaMainieriSoaresCorreadeCarvalho.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13086/1/2016_IsabelaMainieriSoaresCorreadeCarvalho.pdf). Acesso em 28 set. 2023.

CASTILHA, E. D. A Construção histórica das políticas sociais no Brasil. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, [S. l.], v. 18, n. 34, p. 100–119, 2019. DOI: 10.48075/revistacsp.v18i34.19621. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/19621>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 97, p.113-130, 2005. DOI: 10.1590/0101-35172005-1640. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237669017\\_Notas\\_sobre\\_a\\_Evolucao\\_do\\_Mercado\\_de\\_Trabalho\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/237669017_Notas_sobre_a_Evolucao_do_Mercado_de_Trabalho_no_Brasil). Acesso em: 08 de dez. 2023.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. **O lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco**. 2004. 297 f. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em:



[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9746/1/arquivo9109\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9746/1/arquivo9109_1.pdf). Acesso em: 6 nov. 2023.

FIUZA, Solange C.R.; COSTA, Lucia Cortes da. O direito à assistência social: o desafio de superar as práticas clientelistas. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 64–90, 2015. DOI: 10.5433/1679-4842.2015v17n2p64. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/19220>. Acesso em: 8 dez. 2023.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Fernanda Maria Gadelha. **Matricialidade sociofamiliar na política de assistência social: Uma análise das famílias acompanhadas no CRAS Jereissati – Maracanaú**. 2016. 198f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) – Faculdade Cearense, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/168235/340486.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 out. 2023.

GUERRA, Lucilei Araújo. **A gestão do sistema único de assistência social e os recursos humanos: Um olhar sob a ótica de uma equipe que se modifica periodicamente**. 2013. 38 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: [https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21306/2/CT\\_GPM\\_III\\_2013\\_06.pdf](https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21306/2/CT_GPM_III_2013_06.pdf). Acesso em: 28 set. 2023.

LENCINA, Daniele Bonapace dos Santos. A assistência social como política pública. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 4, n. 4, 2018. DOI: 10.23899/relacult.v4i4.845. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/845>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MORAIS, Erivaldo Santos. **Subjetividade e Serviço Social: desafios multidimensionais para a prática do assistente social na contemporaneidade**. 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/23836/1/Erivaldo%20Santos%20Morais.pdf>. Acesso em 12 nov. 2023.

NAGÃO, Carolina Linhares. **Suas histórias: narrativas de mulheres usuárias de um CRAS na cidade de Santos**. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021. Disponível em: [https://www2.unifesp.br/centros/cedess/mestrado/baixada\\_santista\\_teses/148\\_bx\\_dissertacao\\_carolina\\_linhares.pdf](https://www2.unifesp.br/centros/cedess/mestrado/baixada_santista_teses/148_bx_dissertacao_carolina_linhares.pdf). Acesso em 03 nov. 2023.

NOBRE, Rebeca Gonzalez Fernandez. **O Sistema Único de Assistência Social como política de fortalecimento para a convivência familiar**. 2022. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32279/1/2022\\_RebecaNobreGonzalezFernandez\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32279/1/2022_RebecaNobreGonzalezFernandez_tcc.pdf). Acesso em 29 out. 2023.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Revista Porto Urbe**, ano 1, n. 2. Universidade de São Paulo, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero**: história de um conceito. Em: SZWAKO, J.E.;ALMEIDA, Heloisa Buarque de. (orgs.). *Diferenças, igualdade*. Coleção Sociedade em foco: introdução às ciências sociais. São Paulo: Beriadis Vertecchia, 2009.

PONTES, Samira Pontes. **O impacto do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no processo de inclusão social de idosos**. 2017. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, Caçador-SC, 2017. Disponível em: <https://acervo.uniarp.edu.br/wp-content/uploads/tccs-graduacao/O-impacto-do-servico-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos-no-processo-de-inclusao-social-de-idosos.-Samira-Pontes.-2.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 171–194, 2017. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/138>. Acesso em: 8 dez. 2023.

RIBEIRO, Lilian Teixeira. A trajetória brasileira no campo dos direitos e da assistência social até a década de 80. *In: Tensão entre direito e filantropia na política de assistência social: um estudo sobre o Programa Cheque Cidadão*. Rio de Janeiro, 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8799/8799\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8799/8799_1.PDF). Acesso em: 03 set. 2023.

RODRIGUES, Vera. E Agora Falamos Nós: Mulheres Beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE. **Revista TOMO**, [S. l.], 2016. DOI: 10.21669/tomo.v0i0.5422. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/5422>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SANTANA, Eliane Peixoto de; SILVA, Jéssica Aparecida dos Santos; SILVA, Valdianara Souza da. **Histórico da Política de Assistência Social**: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHO, POLITICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL*, 2013, Maceió. **Anais...** Maceió, AGOS, 2013. Disponível em: <https://acesse.dev/0vL3P>. Acesso em: 3 out. 2023.

SANTOS, Douglas Alves dos. A Luta pela Política de Assistência Social no Brasil. 6º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL 13º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 1, 2018, Vitória-ES. **Anais...** Espírito Santo. Junho, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20055>. Acesso em: 3 out. 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SILVA, Gyslana Dayanne da. A política de assistência social no contexto brasileiro de proteção social. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015, São Luís-MA. Maranhão:

UFMA, AGOS, 2015. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/a-politica-de-assistencia-social-no-contexto-brasileiro-de-protecao-social-.pdf>. Acesso em 26 set. 2023.

SILVEIRA, Carlos Eduardo da. **Políticas públicas para biblioteca escolar em goiás: análise do programa de bibliotecas das escolas estaduais – PBEE da Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Seduc/GO**. 2010. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/3e597c38-cef9-488c>. Acesso em: 8 de dez. 2023.

SIQUEIRA, Pamela Stefania da Siva; ALMEIDA, Tamara Cassia da Silva de; OLIVEIRA, Hiderlinde Câmara de. **A prática do serviço social na assistência social: um olhar sobre o território**. 2022. **Ânima Educação**. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22835>. Acesso em 02 set. 2023.

SOUSA, Maria Maglinalda Figueiredo De. et. al. **A assistência social como política pública de direito: avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais**. VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2013. São Luís – MA. O desenvolvimento da Crise Capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. Maranhão: UFMA, AGOS, 2013. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/aassistenciasocialcomopoliticapublicadedireito.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, [S. l.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SOUZA, Renato Ferreira de. **Psicologia e políticas públicas de assistência social: práxis emancipatória ou administração social?** 2011. 182 f. Dissertação (Doutorado Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16923/1/Renato%20Ferreira%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

VERONEZE, Renato Tadeu. Assistência Social enquanto política pública: na luta da separação do assistencialismo e da filantropização. **Revista de Trabajo Social – FCH – UNCPBA**, Tandil, v. 4, n. 6, p. 193-210, 2011. Disponível em: <https://revistaplazapublica.files.wordpress.com/2014/06/6-16.pdf>. Acesso em: 8 de dez. 2023.a

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar os significados das políticas sociais, em especial, o Serviço de Proteção Integral às Famílias – PAIF, para as mulheres rurais usuárias desse serviço a partir de suas próprias percepções. O estudo será desenvolvido pela estudante Andresa de Araújo Macêdo, graduanda em Antropologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab e tem como orientadora a Prof.<sup>a</sup> Carla Susana Alem Abrantes.

A participação nesta pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Além disso, não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada será pago por sua participação. Caso a Sra. decida não participar, não haverá prejuízos. Assim, terá o livre direito de não aceitar participar do estudo ou de retirar sua permissão a qualquer momento.

Todas as informações coletadas serão confidências. Os dados da voluntária serão identificados por nomes fictícios e não com a sua identidade original. Apenas a pesquisadora terá conhecimento dos dados, assegurando sua privacidade.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste trabalho em eventos, revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as etapas da pesquisa.

Sempre que desejar, poderá pedir informações sobre a pesquisa através do contato da pesquisadora responsável Andresa de Araújo Macêdo, pelo número de celular e whatsapp: (85) 98123-2139 ou pelo email: [andresamacedo1818@gmail.com](mailto:andresamacedo1818@gmail.com).

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

---

Assinatura da Interlocutora

---

Assinatura da Pesquisadora

Redeção, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista: Assistente Social

1. Como você vê as famílias que são atendidas pelo PAIF em relação às suas necessidades, seu modo de vida?
2. Que famílias chegam ao PAIF, existe um perfil? Como são compostas? Que membro da família é mais central?
3. Como você percebe a participação das mulheres nos encontros?
4. O que o PAIF oferece para as famílias em sua proposta como política pública?
5. Como o PAIF dialoga com as necessidades das famílias que chegam? Como vocês conhecem as necessidades delas?
6. Como são as definições para as famílias se inserirem no PAIF?
7. Quais os desafios as mulheres enfrentam para participarem dos encontros?
8. Quais os desafios na efetivação do PAIF? Como você lida com eles?
9. Como você enxerga a importância da sua formação nesse contexto do PAIF?
10. Quais estratégias vocês utilizam para a escolha dos temas?
11. Como vocês planejam os encontros? Há um calendário? Os temas são contínuos ou se repetem? Você se lembra dos temas abordados nesse ano?
12. Como é a troca entre mulheres e homens presentes?

## APÊNDICE 3 - Roteiro de Entrevistas: usuárias do PAIF

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

1 – Há quanto tempo você participa dos encontros Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)?

2 - Você participa com frequência desses encontros?

3 – Para você, esses encontros são importantes? Por quê?

4 – Como você se sente nesses encontros?

5 – Sabemos que para sua permanência como beneficiária do Cartão Mais Infância, é necessário que participe desses encontros. Se não fosse por isso, você participaria dos encontros?

6 – O encontro acontece uma vez por mês. Para você, é suficiente ou poderia acontecer mais vezes durante o mês?

7 – Você costuma ir sozinha ou acompanhada? Quem a acompanha?

8 – O que você sabe sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)? Você sabe como ele funciona? Para que serve?

9 – A assistente social, a cada encontro trabalha um tema diferente. O que esses temas significam para você? Eles são importantes para as suas vivências do ser mulher em uma comunidade da zona rural?

10 - Além do Cartão Mais Infância, você recebe outro benefício?

11 – Em relação ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, é um direito seu, é gratuito e é mantido pela Prefeitura e pelo Governo Federal. O que você sabe sobre esse centro?

13 – Além do PAIF, você participa de outras atividades ou de serviços como fazer seu Cadastro Único, ter orientação sobre os benefícios sociais, pedir apoio para resolver dificuldades de convívio e de cuidados com os filhos, fortalecer a convivência com a família e com a comunidade, ter apoio e orientação sobre o que fazer em casos de violência doméstica realizados no CRAS de Redenção?

14 – Outras pessoas de sua família utilizam o CRAS?

15 - Quem você considera como parte da sua família?

16 – Você poderia falar um pouco sobre a sua experiência/vivência em morar aqui, em uma comunidade rural?